



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA (CNPI)

ATA da 2^a Reunião do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 08 e 09 de Agosto de 2024.

Brasília, 08 de agosto de 2024.

1º Dia de Reunião

Aos oito de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10h, no Palácio do Itamaraty, Sala San Tiago Dantas, ocorreu o primeiro dia da **2ª Reunião do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

A reunião tratou da leitura das atas da 1ª Reunião de reinstalação do CNPI, ocorrida em abril de 2024; das coordenações e subtemas definidos para as Câmaras Temáticas (CTs) na reunião de instalação das CTs, ocorrida no dia anterior; da proposta de reestruturação da FUNAI, do balanço da SESAI e da II Conferência Nacional de Política Indigenista.

A reunião contou com a participação de organizações indígenas, representantes governamentais, representantes de organizações indigenistas, bem como participantes convidados/as, conforme relação constante na lista de credenciamento anexada a esta ata.

Abertura da Reunião pela Secretária Ceiça Pitaguary (em substituição à Presidente do CNPI, Ministra Sônia Guajajara/MPI), seguido por Kleber Karipuna (APIB), Joênia Wapichana (Presidente da FUNAI), Joziléia Kaingang (ANMIGA) e Weibe Tapeba (SESAI).

CEIÇA PITAGUARY/MPI prossegue com informes:

- Texto de atualização do Decreto 11.509/2023 já enviado à Casa Civil para as alterações conforme acordo da 1ª Reunião;
- Regimento Interno no aguardo da publicação da retificação do Decreto para que a portaria seja publicada. O Texto da proposta de Regimento Interno do CNPI está na pasta distribuída a todos/as Conselheiros/as para esta Reunião;
- Portaria com a atualização dos nomes das Conselheiras e Conselheiros que compõem o CNPI foi publicada na data desta reunião, 08/08/2024;
- Todas as atas da 1ª Reunião já foram disponibilizadas há mais de um mês no site do MPI para consulta de todos/as.

A SECRETÁRIA CEIÇA PITAGUARY/MPI, ainda comunica que a Professora Carmen da Universidade Federal da Paraíba está acompanhando esta Reunião e que fará escuta dos parentes eleitos nas Caravanas Participa Parente para finalização do trabalho do TdR com o MPI e que no decorrer dos dois dias corridos de reunião algumas pessoas serão procuradas para participar da escuta para análise do projeto com o MPI.

LEITURA DAS ATAS DA 1ª REUNIÃO

CEIÇA PITAGUARY/MPI Fez a leitura dos encaminhamentos da 1º primeira reunião e ressalta a importância da confirmação do recebimento de documentos via e-mail pelos conselheiros. Que não estiver recebendo deve informar, para que a documentação seja reenviada.

WEIBE TAPEBA/SESAI sugere a criação de grupo de whatsapp do CNPI com todas/os Conselheiros/as, tanto com bancada indígena quanto com a bancada do governo para que documentos, como as atas do CNPI sejam compartilhados de forma dinâmica com todo o Conselho.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informa que a Secretaria Executiva do CNPI passará uma lista para registro dos números de celular, para que o grupo seja criado. Ressalta que o grupo de whatsapp não substituirá os canais oficiais, é somente para que a comunicação seja mais fluída. Quem preferir receber a comunicação via ofício não precisa colocar o contato.

Consultado o Plenário sobre a possibilidade de leitura somente dos encaminhamentos da 1^a reunião do CNPI, e foi rejeitado pelo Plenário, optando o Conselho por uma leitura na íntegra de todas as atas.

KLEBER KARIPUNA/APIB sugere que seja pactuado que tenha um resumo executivo das próximas atas e que este seja enviado a todos/as Conselheiros/as antes da Reunião, para que a próxima reunião seja mais agilizada e que não precise da leitura de todas as atas.

ELIS NASCIMENTO/MPI fez a leitura da ata memória da 1^a reunião do CNPI relativa às Câmaras Temáticas, tendo em vista que demais temas foram a entrega do termo de posse e o Regimento Interno do Conselho, sendo este já aprovado na reunião anterior.

ANA ELEANARA DA SILVA PINTO/MEsp solicitou a inclusão do MEsp na Câmara Temática VI - Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos.

MARILDA OLIVEIRA DE BRITO COHEN/MC solicitou a inclusão do Ministério das Cidades na Câmara Temática VI - Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos.

CLÁUDIA SALES/MMA Ressaltou que a ata era registro da 1^a reunião, na qual somente os nomes dos/as Conselheiros/as indígenas de cada CT foram definidos, tendo apenas a indicação dos Ministérios presentes no momento de qual CT participariam, mas sem a indicação se era titular ou suplente. Os ministérios que estão se posicionando na 2^a reunião deverão ser inclusos na ata desta reunião para ser lida na próxima reunião.

KLEBER KARIPUNA/APIB Reforça a questão da necessidade de uma ata com resumo executivo. Órgãos e entidades indigenistas que não conseguiram indicar na 1^a reunião a qual CT se juntariam, foi oportunizado de indicação para composição das CTs via ofício antes da 2^a Reunião. Solicita atenção por parte da relatoria quanto à questão dos encaminhamentos, pois na leitura da ata verifica-se que alguns acordos e encaminhamentos não constam de forma destacada ao final do documento.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI concorda com Kleber sobre uma ata mais enxuta e objetiva com as deliberações e aprovações do CNPI, com lista de presença e documentos analisados como anexos. E sugere que a ata seja enviada com trinta dias de antecedência da próxima reunião com prazo de dez dias para retorno com observações para que os conselheiros estejam mais preparados e se caso houver alguma questão a ser deliberada pelo plenário colocar as inclusões para poder avançar nos registros. E ressalta a inclusão da questão dos indígenas em contexto urbano e imigrantes como tema importante dentro de uma das CTs.

CEIÇA PITAGUARY/MPI encaminha para ter registro mais enxuto da ata com envio 30 dias antes e 10 dias para conselheiras/os se manifestarem.

Ata aprovada pelo Plenário.

CÂMARAS TEMÁTICAS

CEIÇA PITAGUARY/MPI apresenta ponto de pauta para apresentação da definição das coordenações e subtemas definidos nas Câmaras Temáticas, conforme reuniões de instalação das seis CTs ocorridas no dia anterior:

CT I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

Sociedade civil: Sr. Francisco Pyanko (OPIRJ/Acre) e Tayse Michelle Campos da Silva (Apoinme/RN)

SEM COORDENAÇÃO DO GOVERNO

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

Sociedade civil: Carla Ferreira dos Santos (CIR/COIAB)

Governo: Maurício Sanches (FUNAI)

CT III – saúde indígena e assistência social

Sociedade Civil: Txai Surui (Kanindé)

Governo: Lucinha Tremembé (SESAI)

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

Sociedade civil: Elaine Patrícia de S. Oliveira (APOINME)

SEM COORDENAÇÃO DO GOVERNO

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

Sociedade civil: Jozileia Kaingang (ANMIGA)

Governo: Lídia (FUNAI)

CT VI – Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos

Sociedade civil: Wuriu Costa Silva Manchineri (COIAB)

SEM COORDENAÇÃO DO GOVERNO

CT I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

FRANCISCO PYĀKO OPIRJ/ACRE Enfatiza que o debate ainda vai se aprofundar mais nas definições dos termos e nome da CT que foram escolhidos na 1ª Reunião. Foi feito um resumo dos subtemas que foram definidos ao longo da reunião de instalação da CT.

KLEBER KARIPUNA/APIB ressalta a discussão da bancada indígena e que chegaram em dois encaminhamentos: o primeiro ponto é que o CNPI repudia os atos de violência que os guaranis Kaiowá vem sofrendo. O segundo ponto para apreciação da plenária são duas questões, a primeira é uma nota, moção ou resolução do CNPI em apoio aos Guarani Kaiowá e a todos os povos que estão

sofrendo ataques violentos em seus territórios e a segunda questão é articular uma reunião extraordinária do CNPI no Mato Grosso em 45 dias.

CEIÇA PITAGUARY/MPI Orienta a dar continuidade a apresentação da CT I, e logo após os pontos trazidos por Kleber Karipuna serão apreciados pela plenária. Relembra que conforme regimento, a coordenação das CTs é composta por um representante indígena ou idnigenista e a cocoordenação composta por representante de governo. E que a CT I está com coordenação de dois indígenas por parte da sociedade civil e sem a de governo. Outras CTs também estão sem a coordenação por parte de governo.

TAYSE MICHELLE CAMPOS DA SILVA (APOINME/RN) traz que na CT I trabalharam com uma chuva de ideias e priorizaram os temas de demarcação, proteção, gestão territorial e ambiental, legislação e transversais e dentro desses temas foram pontuados alguns subtemas prioritários. E a partir desses temas e subtemas a ideia é ter um planejamento de trabalho, identificando em qual instância de governo está cada demanda.

FRANCISCO PYĀKO OPIRJ/ACRE sugeriu que a partir das discussões da reunião de instalação que o nome da CT I seja alterado de “Direitos territoriais” para “Demarcação”. Indicou que definiram por ter a composição de uma coordenação e uma vice coordenação (Tayse) e deixou em aberto para o plenário se a composição continuará como definiram na CT ou se deve haver alterações. Informa que há a necessidade de se apropriar da agenda para definir um plano de trabalho para ter avanço na resolução das demandas da CTI.

CEIÇA PITAGUARY/MP Sugere dar encaminhamento nas apresentações das CTs e logo após retornar para a discussão da composição das CTs.

JUCESLINO TUPINIKIN chama a atenção para “direitos territoriais” e sugere que o CNPI escute a fala de um parente de Rondônia sobre a questão dos direitos dos indígenas isolados e relembra o caso do indígena do buraco.

KLEBER BUZATTO/CIMI ponderou que foi colocado item sobre povos isolados. Reforçou questão do nome da CT I com nova redação, ficando “Direitos territoriais, demarcação, proteção e gestão territorial”.

ESTELLA/MJ informa que não receberam o ofício de instalação das CTs. Tomaram ciência somente no dia anterior a esta reunião, quando receberam a programação da reunião do CNPI e que constava a reunião de instalação das CTs. Tem interesse de contribuir com os trabalhos das CTs. Ressalta que foi verificado no SEI se houve o envio do ofício de convite.

CEIÇA PITAGUARY/MPI – se desculpa pela falha no envio e ressalta que a participação do MJ é superimportante e que verificarão o erro.

JOZILEIA KAINGANG/ANMIGA informou que criaram outro modelo de composição na CT V com duas co-coordenações indígenas e duas de governo.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI registrou interesse da FUNAI em fazer parte da co-coordenação da CT I como governo. Sugeriu na próxima reunião do CNPI a FUNAI apresentar quadro geral da situação das Terras Indígenas e procedimentos para análise e demarcação de TIs e os impactos da lei 14.701 de 2023 nesses procedimentos. Registro a presença temporária da FUNAI na reunião, e informou que os membros titular e suplentes se dividirão ao longo da reunião, mas que a instituição se fará presente dessa forma ao longo dos debates. Sugeriu incluir tema da segurança que também está relacionada à proteção territorial.

CEIÇA PITAGUARY/MPI – informou que na mesa colocam os titulares, os suplentes estão sentados nas cadeiras na parte de trás. Quando os titulares não estiverem na mesa, solicita que o suplente já tome o assento do titular à mesa.

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

CARLA FERREIRA/CIR informou subtemas definidos pela CT II: 1. Controle social: qualificação da participação nas instâncias estatais; 2. OIT 169; 3. Comunicação, informação e formação; 4. Políticas e Acordos internacionais.

Quanto aos encaminhamentos dos trabalhos da CT II, informa que o grupo traz para a discussão do plenário que a Coordenação das Câmaras Temáticas sejam compostas por 1 (um/a) representante dos povos indígenas ou das organizações indigenistas e 1 (um/a) suplente e 1 (um/a) representante governamental e 1 (um/a) suplente, sendo observado o equilíbrio de gênero na composição da Coordenação.

MAURÍCIO SANCHES/FUNAI se propôs a assumir parte técnica de elaboração de documentos e articulação com outras instâncias e elaboração da agenda e plano de trabalho.

AGNALDO PATAXÓ/APOINME colocou questão de ordem para que já resolvam os pontos apresentados e as coordenações das CTs a medida que vão sendo apresentados e não ao final.

CEIÇA PITAGUARY/MPI aprova sugestão.

Na CT I proposta é alteração do nome para “Direitos territoriais, demarcação, proteção e gestão territorial e ambiental”.

Proposta aprovada pelo plenário.

Sobre a composição das coordenações das CTs, art. 22 parágrafo 5 do Regimento Interno – a CT será coordenadas por 1 representante das organizações indígenas ou um representante das instituições indigenistas e 1 representante governamental.

Presidenta da FUNAI, JOÊNIA WAPICHANA, manifestou interesse em assumir co-coordenação enquanto governo da CT I.

LUIZ AZANHA (CTI) informou que houve apenas definição de co-coordenação indígenas na CT I, por motivos do tempo e outras agendas.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI recolocou interesse da FUNAI para assumir co-coordenação da CT I como governo e questionou se membros da CT estão de acordo.

KLEBER KARIPUNA sugeriu ajustar que não necessariamente a coordenação seja paritária nas CTs. No Regimento Interno é possível que a composição das CTs seja por titulares ou suplentes. Se não fosse por esse motivo o MPI e outros órgãos de governo não conseguiriam estar em mais de uma CT ao mesmo tempo, e, como a Joênia Wapichana sugeriu de poder indicar outros servidores. Sugeriu alterar o regimento em relação a participação dos órgãos de governo.

CEIÇA PITAGUARY/MPI reiterou que é importante ter co-coordenação do governo nas CTs.

SERGIO TERENA questionou se serão 2 indígenas e 2 governo ou 2 indígenas e 1 governo.

CEIÇA PITAGUARY/MPI referendou proposta que seja 1 indígena e 1 governamental, sendo a FUNAI o co-coordenador na CT I, conforme indicação da Presidenta da instituição, Joênia Wapichana.

KLEBER KARIPUNA/APIB indica que proposta não é retirar representante indígena, mas assumir co-coordenação como governo. Como Regimento Interno ainda não foi publicado, sugeriu definir suplentes para as coordenações das CTs tanto do governo quanto indígenas, como foi apresentado pela CT I.

CEIÇA PITAGUARY/MPI na CT I ficaria na coordenação indígena Piyako e Tayse como suplente, e na coordenação por parte de governo a FUNAI, representada por Joênia Wapichana e ainda faltando a indicação de um suplente de governo, caso seja o interesse.

JOZILEIA KAINANG/ANMIGA informa que na CT V foi decidido que seria uma coordenação indígena e uma co-coordenação indígena, e uma coordenação de governo e uma co-coordenação de governo para que mais pessoas possam se responsabilizar pelo trabalho a ser feito.

JECINALDO/MPI informou que houve equívoco na condução da CT I e sugeriu como encaminhamento a proposta do Kleber para agregar presença do governo e da suplência na coordenação pela bancada indígena com adequação do Regimento Interno, desde que seja aprovado pela plenária.

DINAMAN TUXÁ/APIB indicou que conforme art 22 parágrafo 5 do Regimento Interno, a coordenação é composta por um representante indígena ou indigenista mais um representante de governo (1 sociedade civil + 1 governo). Se proposta é alteração do regimento tem que ser aprovado em plenária.

CEIÇA PITAGUARY/MPI propõe votação da mudança no Regimento Interno.

JOZILEIA/KAINGANG Proposição: 2 pessoas para coordenação indígena e 2 pessoas para coordenação de governo, sendo co-coordenação.

NATHANIEL DE SOUZA/MRE (fala inaudível para relatoria)

CEIÇA PITAGUARY/MPI colocou proposta em regime de votação alteração do art 22 parágrafo 5 do Regimento Interno, para que a coordenação das CTs sejam compostas por 1 (um) representante dos povos indígenas ou das organizações indigenistas, 1 (um) suplente do representante dos povos indígenas ou das organizações indigenistas, 1 (um) representante governamenta e 1 (um) suplente do representante governamental.

Aprovado pelo plenário.

CARLA FERREIRA/CIR retomou encaminhamentos da CT II: que o MPI apoio e garanta pelo menos 2 (duas) reuniões por ano presenciais da CT, tanto com Conselheiros/as titulares quanto suplentes, e que o MPI garanta o suporte técnico para 1 (uma) reunião por ano de forma híbrida, para viabilizar a participação dos suplentes. A não participação dos/as suplentes esvazia a CT e não dá quórum suficiente.

KLEBER KARIPUNA/APIB – corrobora que as reuniões das CTs sejam presenciais a serem apoiadas pelo MPI, conforme proposta da CT II. As reuniões ordinárias das CTs sejam conforme o calendário de reuniões ordinárias do CNPI e sugere que tenham reuniões virtuais também.

Aprovadas pelo plenário a proposta da CT II.

CT III – saúde indígena e assistência social

TXAI SURUI informou subtemas da CT III: recomposição da força de trabalho, valorização das medicinas tradicionais indígenas, participação indígena na construção dos planos municipais e estaduais da assistência social, revisão do financiamento do SUAS e SUS para povos indígenas. Mas também discutirão os demais temas não priorizados, como previdência social, saúde mental da juventude indígena, violência das mulheres, atendimento de saúde diferenciada nos postos de saúde, profissionais. Trarão convidados e especialistas para reunião.

WEIBE TAPEBA/SESAI complementou que está em discussão aperfeiçoamento do subsistema de saúde indígena, que deveria ser incluído na CT III. Sugeriu também incluir saúde mental, saúde da mulher indígenas, desnutrição, povos isolados e de recente contato. Informou calendário de seminários para discussão do subsistema e sugeriu que a CT III se incorpore nesse debate.

JOÃO VICTOR PANKARARU/APOINME sugeriu integração da produção científica indígena na área da saúde para valorização da produção científica indígena na área da saúde. E a sua proposta é incluir Subtema de produção científica indígena na CT III.

TXAI SURUI – colocaram a questão de produção científica indígena, de povos indígenas isolados, de povos indígenas de recente contato, povos indígenas em contexto urbano. Mas Como tinham a orientação de escolher somente 4 alíneas, subtemas, foi decidido na CT que isso não quer dizer que não irão se debruçar sobre esses temas.

WEIBE TAPEBA/SESAI – entende que para fortalecer o tema e o trabalho que foi feito, sugere o aperfeiçoamento da PNAISP (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional), pois ela engloba tudo isso. Seria importante que a CT III tenha articulação com isso e que se for possível tentar incluir mais duas alíneas o que seria interessante.

DINAMAN TUXÁ/APIB – Pelo art.1º do decreto do CNPI, entende que o conselho é o melhor lugar para trazer esse tema e não somente dentro da SESA. Outra coisa importante a ser vista é como que a participação do CNPI vai ficar dentro do espaço de controle social da SESA, como também dentro do GT que está discutindo a AGSUS. E como o conselho também faz o debate e incidência também nos outros Conselhos.

CEIÇA PITAGUARY/MPI esclarece que o Secretário Weibe fez convite ao CNPI, via CT III a participar do diálogo e das discussões da PNAISP.

Colocou para aprovação incorporar tema da PNAISP na CT III. Aprovado pelo plenário.

CT IV - educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

CEIÇA PITAGUARY/MPI chamou atenção que não há coordenação de governo na CT IV.

PATRÍCIA PANKARARÉ/ APOINME (Elaine Patrícia de S. Oliveira) solicitou que seja chamada Patrícia nos documentos do CNPI. Indicaram Rosilene Tuxá/MEC como governo na coordenação e ela na co-coordenação. Apresentou três temas e os subtemas dentro de cada tema:

Tema 1-Comunicação e sensibilização

Subtemas:

- 1- Criação da Secretaria de Educação Escolar Indígena no âmbito do MEC;*
- 1- Formação e Informação sobre Programas para gestão escolar autônoma;*
- 1-Especialização/Formação em Educação Especial*

Tema 2-Apoiar a promoção, em articulação com os órgãos governamentais e as entidades indigenistas, de campanhas educativas sobre os direitos dos povos indígenas e o respeito à sua diversidade étnica e cultural (art.2º, VI)

Subtemas:

- 2- Garantir vaga de representante indígena no Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena;*
- 2-Elaboração/Publicação de materiais didáticos indígenas para as redes municipais e estaduais;*
- 2- Recomendação para as universidades criarem Conselhos de Sábios Indígenas.*

Tema 3-PPA, PLOA (transversal em todas as CTs)

Subtemas:

- 3-Aumentar quadro técnico das instituições;*
- 3- Qualificar quadro técnico das instituições.*

Sugestões para implementação da Lei 11645/2008 no plano de trabalho da CT IV. E presença dos indígenas nas universidades.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sugere moção do CNPI para Conselho Nacional de Educação.

JUSCELINO TUPINIKIN informou que em relação a intersecção do conselho, o CNE deveria apresentar projeto de lei para garantia de vaga específica para povos indígenas considerando que a educação escolar indígena é específica.

WEIBE TAPEBA/SESAI - A vaga que hoje é ocupada pelo Ministério, historicamente sempre foi ocupada por um indígena. Retoma o histórico da educação indígena, conseguiram uma Diretoria dentro do Ministério da Educação que era uma reivindicação do movimento indígena. Enfatiza que o pleito de mudança na estrutura do Conselho Nacional de Educação é importante e legítimo, que se crie uma vaga para ocupação por um representante indígena, tendo em vista que a vaga era do governo e historicamente ocupada por indígena, mas que agora o governo retomou a vaga.

KLEBER KARIPUNA/APIB pontua a importância da colaboração entre os órgãos de governo com tratativas intergovernamentais e moção como encaminhamentos para a reivindicação do assento no Conselho. Ressalta que o regimento interno permite a possibilidade do convite a pessoas especialistas nas CTs para apoiar nesses temas, tendo em vista a intenção da CT de ter o FENEI como apoiador das atividades.

LUCAS MARUBO/FRENTE PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL Informa que a Célia Xakriabá enviou um ofício, solicitando a reversão do ato de retirada do assento no CNE para os povos indígenas, colocando em cópia várias instâncias de governo.

PATRÍCIA PANKARARÉ - Foi enviado convite como convidado permanente ao FENEI, para garantir participação.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI informou que quando era parlamentar foi feito PDL para garantir presença indígena no CNE. Atualmente com governo favorável, sugere conversa de comitiva do CNPI com MEC ou carta do CNPI para fazer essa agenda com MEC. Tem também PL dela para garantir representatividade indígena que pode ser retomado com gabinete da Deputada Celia Xakriabá e que o assento é um direito garantido na convenção 169 da OIT. Sugeriu encaminhamento para escuta da representação indígena do MEC que estava presente no CNPI.

NÃO IDENTIFICAÇÃO - Sugeriu incluir na CT IV criação de Política de Educação Especial Indígena.

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

JOZILEIA KAINGAN/ANMIGA agradeceu o apoio da facilitação da reunião de instalação da CT e apresentou temas e subtemas da CT V:

1. Enfrentamento a violência contra mulheres LGBT+ e crianças

- Violação aos direitos das mulheres indígenas*
- Construção de rede de acolhimento das vítimas*
- Superação de Preconceito e Violência Institucional*

2. *LGBTQIAPN+*

- *Conscientização e Proteção*
- *LGBTQIAPN+ em pauta*
- *Ter mais respeito com LGBTQIAPN+*

3. *Ações integradas de saúde e educação pelo Bem Viver*

- *Saúde Mental e Bem Viver das mulheres Indígenas de de Indígenas LGBTQIAPN+*
- *Criar um grupo de tratamento psicológico para mulheres, homens e crianças que sofrem violência*
- *Tratar bem as mulheres grávidas – saúde gestacional*
- *Utilização do recurso e do programa de saúde da escola (PSE) com foco no tema da violência de gênero*
- *Ações pedagógicas sobre saúde sexual nas escolas*

4. *Segurança Pública*

- *Intérpretes mulheres nos sistemas de justiça*
- *CNJ e MJ*
- *Criação de resolução para atendimento nos S. J. e S. P.*

5. *Ação Local*

- *Investimento de formações sobre violência de gênero junto ao CONDISI nos territórios*
- *Respeito e Garantia de Validação comunitária das políticas propostas*
- *Fortalecimento dos espaços de diálogos as mulheres da comunidade (associações; NPVTI e coletivos)*
- *Ações de prevenção as violências dentro das comunidades*
- *Ações de educação e conscientização para homens e jovens*
- *Fortalecimento de redes de proteção comunitárias*
- *Formação política/pedagógica das mulheres e jovens indígenas*

6. *Política Pública*

- *Paridade de mulheres e LGBTQIAPN+ em espaços de poder e trabalho*
- *Melhoria nos salários das mulheres indígena (reconhecimento)*
- *Participação efetiva das MI e LGBTQIAPN+ na construção de políticas públicas*

Haverá responsáveis por cada subtema. Informou papel das coordenações e definição das coordenações.

Coordenadoria Indígena – Jozi Kaiangan

Co-coordenadoria indígena – Mayla Karajá

Coordenadoria governamental – Lidia/FUNAI

Co-coordenadoria governamental – Thaynara/SESAI

Secretaria – Romeu/FUNAI

Co-secretaria – Jociele/ARPINSUL

Aprovada pelo plenário a proposição da CT V.

LUIS FERNANDO MATCHU colocou 3 proposições sobre escola indígena e participação na CT IV de educação: Escola Indígena, Biblioteca indígena, participação nos PPA, LDO, LOA dos municípios e Monitoramento das crianças indígenas em contexto urbano.

CEIÇA PITAGRAY/MPI propõe encerrar CTs no período da manhã.

CT VI – Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos

WURIU MANCHINERE/COIAB – Agradeceu o apoio da facilitação na Câmara Temática e aos integrantes da bancada indígena e da bancada governamental. Apresentou os temas de cada eixo da CT VI, sendo que destes também constam subtemas.

1. Direitos Sociais

- *Direitos Trabalhistas*
- *Soberania e segurança alimentar e nutricional*

2. Direitos Culturais

- *Fomento à cultura*

3. Direitos econômicos

- *Financiamento e acesso a recursos*
- *Economias indígenas*

4. Transversal

- *Monitoramento dos orçamentos públicos federais*

Pontuou também a importância de pautar os temas nas COPs. Entende que teve medo de assumir a coordenação, em função da quantidade de trabalho. Na CT dividiram a coordenação por temas também e também uma estrutura de secretaria que ajudará na comunicação. Farão duas reuniões da CT uma no dia 09 de setembro de 2024 e a segunda no dia 21 de novembro de 2024 para dar início aos trabalhos antes da próxima reunião do CNPI.

A CT VI só tem a coordenação indígena, não conseguiram estabelecer uma coordenação por parte do governo. Aproveita a oportunidade para convocar os integrantes do governo para fazerem a indicação e também de suplência.

JOÃO FRANCISCO/ MDIC se colocou à disposição para apoiar a coordenação pelo governo.

Aprovadas as proposições da CT VI.

AGNALDO PATAXÓ – sugere que o início da tarde seja oportunizado espaço para informes quanto a situação dos territórios.

CEIÇA PITAGUARY/MPI questão de ordem acatada. Solicitou que as CTs que tem apenas 1 coordenador que façam a definição das co-coordenações indígenas e do governo e informem a mesa.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Também se coloca à disposição para a CT VI.

CLEBER BUZATTO/CIMI – Estão acompanhando a cerca de 30 dias processos ininterruptos de ataques organizados por uma agro milícia no Mato Grosso do Sul e no Oeste do Paraná aos povos guarani-kaiwoá e Avá-Guarani. A Aty-Guasu encaminhou ao Ministério da Justiça pedido formal para que sejam desmontados os grupos armados e organizados agindo de forma paramilitar afrontado diretamente ao Estado Democrático de Direito. Os guarani-Kaiowá estão se articulando para um ato às 14:00 horas em frente ao Ministério da Justiça na data desta reunião. Convida a todas e todos para somarem corpo ao ato e que o retorno do almoço seja às 15:00 horas.

Proposta aprovada pelo Plenário.

Às 15:00 retomada a 2ª Reunião do CNPI. Abertura por Ceiça Pitaguary/MPI e Dinaman Tuxá/APIB.

DINAMAN TUXÁ propõe a alteração de pauta da programação na parte da tarde, para se iniciar com a Reestruturação da FUNAI e logo em seguida o Balanço da SESAI e que a 2º Conferência Nacional de Política Indigenista seja o primeiro ponto de pauta no dia seguinte.

Proposta aceita pelo Plenário.

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI informa que Mislene Mendes (DAGES/FUNAI) e Artur Mendes (DAGES/FUNAI) falarão sobre a reestruturação e sobre o orçamento disponível. Ressaltou que a proposta ainda está em andamento e construção.

MISLENE MENDES/ DAGES/FUNAI a proposta de reestruturação vem como pauta número 1, além da demarcação de terras e garantia dos direitos, vem como forma de melhoria de estrutura da FUNAI em todas as regiões e de fortalecimento institucional da fundação. O quadro atual da FUNAI tem pouquíssimos servidores, seja por aposentadoria ou por falecimento. No ano passado trabalharam bastante no novo PPA e no PEI, redefinindo a pasta de atuação da FUNAI, esse trabalho foi feito em conjunto com o Ministério dos Povos Indígenas. Foi instituído um grupo de trabalho técnico pela Presidência da FUNAI, que pela primeira vez é feita com a participação de representantes indígenas das 05 regiões do país, bem como com representantes das entidades representativas dos servidores, representantes do Museu do Índio, das organizações indígenas, do MPI e representantes das diretorias e presidência da FUNAI. O GT foi instalado através de portaria em 16 de fevereiro de 2024.

A 1ª reunião de instalação do GT foi em Brasília, em que houve a apresentação pessoal dos membros do GT e da equipe de Coordenação do colegiado. Disso saiu as diretrizes de funcionamento do GT.

A duração do trabalho era inicialmente de noventa dias. Ainda não têm uma proposta finalizada, porque ainda estão em fase de discussão junto às coordenações regionais, pensando também nas CTLs. No decorrer das discussões foi decidido a prorrogação dos trabalhos por mais trinta dias, retomando no dia 27 de setembro de 2024.

Todos os trabalhos do GT estão disponibilizados no site eletrônico da FUNAI para acompanhamento. Também têm feito reuniões virtuais para fazer a escuta das bases e os representantes das regiões também têm a função de levar essa discussão para os territórios. No momento estão discutindo a parte da estrutura organizacional, ainda não contemplando o regimento interno, que por sua vez está desatualizados, sendo preciso pensar em um novo regimento para dar seguimento com clareza.

Diretrizes para trabalho do GT foram aprovadas pela Dircol e Siorg:

DIRETRIZES



Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do GT seguirão as diretrizes previamente emanadas pela Diretoria Colegiada - Dircol da Funai e pelo Sistema de Informações Organizacionais do Poder Executivo Federal - Siorg.

Definidas na ATA Nº 5 DA DIRETORIA COLEGIADA,
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024.

DIRETRIZES



1. Usar como documento base o Estudo para o Aprimoramento das Estruturas Organizacionais da FUNAI (CGGE) e como documentação de apoio os estudos realizados pela ENAP de perfil de Pessoal, Estrutura e Orçamento da FUNAI;
2. Atender os normativos emanados pela Administração Central quanto aos temas da governança, integridade, gestão de riscos, transparência, dados abertos e outros;

DIRETRIZES



3. Presença da Funai em cada Unidade da Federação;
4. Unidades desconcentradas preferencialmente nas capitais ou região metropolitana (avaliar o papel de representação estadual/distrital);
5. Necessário que a atuação da FUNAI cubra todo o território nacional;
6. Definição de polígonos, divisão político/administrativa no lugar das atuais jurisdições vinculadas às terras indígenas ou arranjos híbridos;
7. Extinguir Serviços cujas atividades foram supridas por sistemas;
8. Ampliar o número de cargos e funções de assessoramento de modo a conferir maior flexibilidade na implementação de projetos e maior suporte para os gestores;

DIRETRIZES



9. Fortalecimento da capacidade de atuação finalística das unidades descentralizadas;
10. Reestruturação da sede em, no máximo, 4 níveis hierárquicos (unidade de Serviço para atendimento ao cidadão);
11. Evitar a ampliação do número de unidades além da capacidade da FUNAI de fazê-las funcionar adequadamente (padrões mínimos de funcionalidade - estrutura de pessoal, de equipamentos e predial);
12. Revisar a estrutura da Funai com base em processos e entregas (Cadeia de Valor);

DIRETRIZES



13. Considerar o valor de cargos em comissão e funções de confiança de 2012 como referência - VR 1.017,45. (Valor atual = 819,86);
14. Alterar a denominação das CTLs (substituição do nome “Coordenação”);
15. Indicação das competências gerais de cada unidade;
16. Incorporar as bases avançadas deverão à estrutura da FUNAI (dizer como e onde);
17. Prever estrutura para a execução da Renda Indígena;
18. Transformar os atuais assessores da Presidência em unidades de linha.

A FUNAI vai garantir que todas as regiões sejam contempladas

Informou as premissas para a discussão, a partir do reconhecimento dos indígenas como cidadãos e superação da tutela. Dos processos de trabalho como a demarcação de TIs, garantindo que Funai siga cumprindo com essas funções. E do cenário atual, considerando decisões judiciais que obrigam Funai a atuar fora de suas competências.

Após a conclusão do GT, proposta será submetida à diretoria colegiada, ao MPI e ao CNPI para então enviar para o Ministério de Gestão e Inovação para preparação do Decreto presidencial.

ARTUR MENDES/DAGES/FUNAI informa que o GT é bem diverso e traz perspectivas diferentes: indígenas, servidores, FUNAI sede, FUNAI na ponta. Consolidar essa proposta de um grupo amplo e diverso é bem desafiador.

Algumas organizações indígenas perguntaram se haverá um processo de escuta. Assim que a proposta estiver pronta, será encaminhada e passará por um processo de consulta no CNPI e em outras instâncias caso seja necessário. Entendem a urgência de uma nova estrutura, mas precisam fazer isso com calma para que não se aprove uma nova estrutura que não seja adequada às necessidades de todos.

No relatório de transição, foi ventilado que o Governo Lula poderia restituir o que havia na estruturação passada, em especial em torno dos anos 2012, no que tange a recursos. O GT está com uma proposta justamente neste sentido e em alinhamento com o GT de Transição, para que se aumente a pontuação. Houve consulta ao MGI sobre isso no momento de instituição do GT, se haveria uma limitação quanto ao aumento da pontuação. O MGI disse que não existe um limite para a proposta. O GT está em busca de fazer algo que seja factível.

JOÊNIA WAPICHA/FUNAI informa que Artur Mendes, que acompanha o processo, tem mais de 40 anos de serviço junto à FUNAI. Que estava aposentado, mas a pedido da própria Presidenta permaneceu para apoio à FUNAI, devido a importância da memória institucional ele que tem.

Tem muitos/as servidores/as se aposentando. Precisam “arrumar a casa” agora, com a participação indígena – talvez não da forma que cada um queria – para que a proposta seja de encontro às demandas e perspectivas do movimento indígenas.

WENDELL/FUNAI trouxe situação orçamentária da FUNAI apresentando a evolução do orçamento nos últimos anos, de 2015 a 2025, foi constante, com aumento significativo em 2024 por conta da mudança do governo. Nos dois últimos anos trabalharam com crédito extraordinário por conta da situação emergencial no estado de Roraima e das desintrusões (ADPF709 STF). A previsão do orçamento para 2025 conseguiu manter PLOA sem cortes e além disso terá suplementação no valor de R\$250 milhões (de R\$308 mi para R\$558 mi). Trabalharam para melhorar orçamento e não ficar trabalhando apenas com crédito extraordinário, criando ação específica para atender as ADPFs.

Apresentou gráfico com as solicitações e o que foi aprovado. Esse ano solicitaram cerca de R\$ 800 milhões, tendo obtido maior orçamento, sendo o maior orçamento da FUNAI. Informou que o orçamento para as áreas administrativa e finalística são diferentes. Para finalística melhorou para DPT e se manteve estável para DPDS, mas em 2025 ampliará também para DPDS. Esperam agora trabalhar na área administrativa para melhorar estrutura das regionais. Despesa obrigatória de pessoal estão fora do gráfico, pois recurso é garantido pelo governo federal. No orçamento discricionário há também despesas fixas (contratos de vigilância, limpeza, aluguel). O que sobra de despesa variável é pouco para outras demandas (manutenção dos veículos, combustível). Também houve emendas parlamentares nos últimos anos, sobretudo da Deputada Joênia. Trabalhando para ampliar emendas para melhorar execução. Em 2024 houve contingenciamento em vários órgãos, mas Funai foi preservada.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI quando assumiu a FUNAI em 2023, assumiu a FUNAI com orçamento previsto no ano anterior, mais da metade do orçamento foi usado para pagar despesas de pessoal (aposentadoria, salários), em 2023 teve a oportunidade de propor o orçamento de mais de R\$ 540 milhões, e para esse ano continuam fazendo proposta para aumento do orçamento para 2024 para suprir a formação dos 502 novos servidores que estão vindo, além disso está realizando uma série de acordos de cooperação para que possam desenvolver as obrigações da FUNAI, com o IBAMA, o INSS, o MPI para assim conseguir trabalhar e acessando o Fundo Amazônia, sendo muito importante colocar essas possibilidades de ter recurso para fazer e garantir um bom trabalho para os povos indígenas.

MISLENE/ DAGES/FUNAI – O que é que o CNPI e as organizações indígenas podem fazer para apoiar essa frente? Uma das frentes é a de escolher os representantes políticos que estão no Congresso Nacional, pois são eles que apoiam no avanço desta pauta.

MARCOS SABARÚ/APOINME – entende que o CNPI é o espaço legítimo que faz parte da discussão da reestruturação da FUNAI e que a Câmara de Conciliação deveria ser discutida pelo CNPI, não sendo só um espaço para informes. Informa que tem um CTL no estado de Alagoas no povo Tingui Botó que atende mais de 6.000 indígenas Tingui Botó e mais 5 povos da região, totalizando quase 15 mil indígenas, e isso reflete na falta de condições de trabalho, tornando impossível um trabalho bem-feito, impactando diretamente no atendimento e no pedido de declarações que são emitidas somente pelo CTL, interferindo no acesso a programas sociais que dependem dessas declarações.

EDNALDO TABAJARA – Parabeniza o trabalho da Presidenta Joênia na FUNAI, e que é importante que os outros órgãos de governo saibam disso. Parabeniza pelo compromisso com uma nova FUNAI. Fica feliz de ter escutado que não será fechada nenhuma CTL e que poderá passar essa informação na base. Parabeniza o trabalho de YSSÔ TRUKÁ no GT de reestruturação repassando para toda área de abrangência da APOINME o resultado das discussões dentro do GT, ressaltou também a importância das bases se articular com deputados e senadores que apoiaram nas eleições para levarem emendas parlamentares para a FUNAI, assim fortalecendo o orgão. Relembra que a realidade e a dor dos povos indígenas é uma só. Que as CTLs têm pouca condição de trabalho e atendem regiões muito extensas e muitos indígenas.

FRANCISCO PYANKO parabeniza FUNAI pelo esforço na reestruturação. Informou que no Acre na região do Juruá há CR sem condição de funcionar por falta de servidor, sem estrutura e contrato. O BNDES/Fundo Amazonia tem recurso alto, contrataram projeto para que atendimento básico no território não fique apenas na dependência da Funai. Uma das áreas do projeto é fortalecimento local nos territórios para que associações se capacitem para acessar recursos e editais. Portanto, além da Funai, há outros caminhos para atender as demandas das comunidades.

HELÁDIO TIKUNA DO ALTO RIO SOLIMÕES perguntou em relação às CTLs que foram desativadas na região, que tem quase 80 mil indígenas. Hoje se deslocam da aldeia para cidades onde tem CTLs, precisam reativar as CTLs. Outra pergunta sobre professores concursados dos estados e municípios, porque Funai não traz como funcionários para atendimento dos indígenas (?). Relatou

problemas na região com assaltos, roubos e até mesmo homicídios cometidos por piratarias, e colocou preocupação em relação à estiagem e água potável.

NATHANIEL/MRE perguntou ao Wendell se teria forma de garantir orçamento constante sem necessidade de negociação, pois outros ministérios não passam por isso.

MISLENE/ DAGES/FUNAI indicou que vem recebendo demandas específicas sobre unidades locais e informou que há banco de dados na FUNAI que será apresentado ao GT. E que há muitas unidades sem servidor, por isso foi solicitado concurso público que terá 502 vagas, mas ainda insuficiente. Houve decisão de priorizar unidades onde não há nenhum servidor. CTLs e CRs que fecharam estão sendo consideradas pelo GT, informações estão disponíveis no site e serão compartilhadas no grupo. Há também as bases de proteção territorial que atuam com povos isolados e de recente contato. Hoje 99% dos coordenadores regionais e CTLs são indígenas, é preciso avaliação pois em alguns locais está dando certo e em outros não. Em alguns locais, quando o órgão permite, servidores estão sendo cedidos para a FUNAI, mas são poucos. Hoje o salário das funções comissionadas é muito baixo, não há interesse. Colocou avanço da inovação de que no concurso 30% das vagas são para indígenas, pela primeira vez, para que se tornem servidores efetivos da Funai. Informou que tem tomado providências quando há casos de negociação com garimpeiros e fazendeiros. Expectativa e compromisso de deixar Funai mais forte e com mais condições para atender os povos indígenas.

WENDELL/FUNAI com relação à autonomia orçamentária: na Funai tem orçamento da renda indígena (indenizações, doações) com autonomia, mas é específico. Com relação ao orçamento fiscal da união, não tem autonomia para utilizar o recurso, dada natureza jurídica de fundação pública.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI indicou que teria várias propostas orçamentárias, e que acabou de ter reforma tributária, há vários fundos climático, ICMS, e que os fundos constitucionais deveriam ter percentual para cuidar das TIs. Bolsa de valores para o meio ambiente, que apoiasse a regularização das TIs, tanto pela estrutura física da FUNAI, mas também para demarcação das TIs.

MARCOS TUPÃ sabe que os desafios da FUNAI são muito grandes e atende vários desafios das TIs. Ressaltou que o fortalecimento da FUNAI é muito importante para os Povos indígenas, e enfatizou que os ministérios tenham um olhar de estruturação para a FUNAI, que possam contribuir nesse fortalecimento, buscando parcerias para as comunidades indígenas para o desenvolvimento ecológico indígena. Que a FUNAI e outros órgãos abram concurso específico com reserva de vagas para indígenas, sendo uma demanda muito grande para as comunidades.

SAVIO TABAJARA/PI informou que no estado do Piauí não tem TI demarcada, GT formado ou unidades da FUNAI, estão totalmente descobertos. Reforçou pedido de unidade da FUNAI para avançar no processo de demarcação. A região tem sofrido com avanço do agronegócio, da mineração e dos parques solares. E que a CR do Ceará não tem condições de suprir a necessidade do próprio estado, imagina assumir os estados do RN e PI. Órgãos governamentais tem dificuldade de compreender os povos indígenas do estado e que, além da CR, precisaria de CTLs.

JUNIO WASSÚ/AL colocou expectativa com a reestruturação, pois situação é precária em todas as regiões, em relação à estrutura física e financeira. Nas CTLs não tem estrutura para desenvolver os

trabalhos. Sobre o levantamento que foi feito pela Funai, gostaria de saber como estão sendo coletados os dados para que não haja deficiência nas regiões.

MIRIMJÚ/DF traz o questionamento dos indígenas que vivem no DF sobre a falta de uma CTL, a dificuldade de ter um atendimento específico quando se precisa de declarações, pois tem que pedir as bases e para muitas é difícil o acesso a conexão de internet ou sinal de celular, o que dificulta no acesso rápido aos pedidos.

JOCELINO TUPINIKIM questionou se pensaram em ter estrutura física para não ter que pagar aluguel. E também que poderiam propor projetos considerando arquitetura indígena.

MILESNE/FUNAI informa que uma das primeiras coisas que estão discutindo no GT é se a emissão de declaração de residência poderia ser de outras formas, garantindo o direto e respeito dos povos indígenas e procurando meios de melhorar esse atendimento, definindo o papel da FUNAI e garantindo a autonomia do cidadão indígena. A FUNAI tem um E-mail para receber encaminhamentos e demandas dos povos indígenas para que sejam colocas em pauta. Os outros pontos já foram discutidos anteriormente e ressalta a importância de melhorar as estruturas físicas da FUNAI, começando pela sede.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI enfatizou que os documentos estão disponíveis no site da FUNAI. Em relação a cada caso, sabem que a situação é generalizada em relação às CRs e CTLs. Exemplifica situação do estado de RR que tem apenas 1 CR. Informou que estão trabalhando em propostas, mas FUNAI, MPI e CNPI tem que caminhar juntos para enviar a proposta para a Presidência.

DINAMAN TUXÁ/APIB trouxe questão dos Comitês Regionais que poderiam ser reativados. Também sugere trazer para pauta da CT II esse tema para fazer debate mais minucioso. Sobre os prédios também sugere requisição de prédios públicos dos estados e municípios para cessão à FUNAI. E finalizou propondo que as organizações regionais façam diagnóstico de suas áreas de abrangência, como está sendo feito pela APOINME.

CEIÇA PITAGUARY/MPI agradeceu Joenia, Mislene, Artur e Wendell da FUNAI.

JOENIA reitera reconhecimento a Artur pelo planejamento e 40 anos de FUNAI.

CEIÇA PITAGUARY/MPI resgatou histórico de reestruturação anterior da FUNAI que foi aprovada pelo CNPI e bastante criticada.

BALANÇO DA SESAI

WEIBE TAPEBA/SECRETÁRIO DA SESAI trouxe a elaboração do balanço de 1,5 ano de gestão da SESAI:

► SITUAÇÃO ENCONTRADA

- Previsão para 2023 era de corte no orçamento de 59%;
- Existia uma Nota Técnica que impedia que a SESAIS aportasse recursos orçamentários para investimentos em terras não homologadas;
- Ausência de instrução de contratos regulares e alto índice de contratação por reconhecimento de dívida;
- Cenário de crise humanitária e desassistência sanitária no território Yanomami causada pela invasão do garimpo ilegal;
- Tramitação da ADPF 709 no STF, determinando medidas de assistência à saúde;
- Vazios assistenciais
- Estrutura dos DSEI com bastante limitação de recursos humanos, especialmente servidores de carreira;
- Atuação isolada da SESAIS sem apoio de instituições externas.



Alguns estados brasileiros não tinham nenhum tipo de assistência sanitária, onde a SESAIS atuou para suprir esses vazios sanitários e atuar com incidência nos territórios indígenas, ressaltou a parceria da UNICEF nas ações.

Apresentou medidas adotadas:

► MEDIDAS ADOTADAS

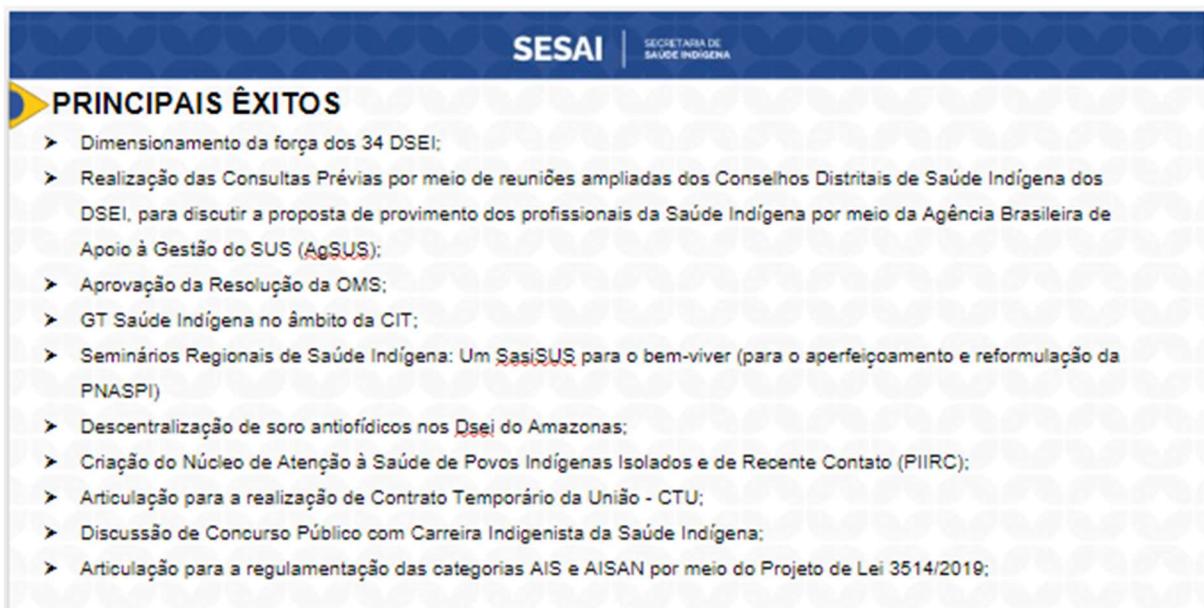
- Recomposição do orçamento em 2023 e suplementação de mais de 500 milhões;
- Retorno dos investimentos nos territórios indígenas, inclusive em áreas não homologadas;
- Nomeação de indígenas ou gestores indicados pelos povos indígenas para os cargos de coordenadores dos DSEI;
- Estudo para superar os vazios assistenciais;
- Estudo de dimensionamento da força de trabalho das áreas meio dos DSEI e SESAIS
- Retomada das parcerias.



A gestão atual da SESAIS está comprometida em levar atendimento a todas as unidades da federação, incluindo T.I.s não homologadas.

Dimensionamento da força de trabalho: Proposta de concurso público com vagas efetivas e carreira na saúde indígena. Parcerias com universidades, agencias de cooperação internacional, estados e municípios.

Êxitos



PRINCIPAIS ÊXITOS

- Dimensionamento da força dos 34 DSEI;
- Realização das Consultas Prévias por meio de reuniões ampliadas dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena dos DSEI, para discutir a proposta de provimento dos profissionais da Saúde Indígena por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS);
- Aprovação da Resolução da OMS;
- GT Saúde Indígena no âmbito da CIT;
- Seminários Regionais de Saúde Indígena: Um SasiSUS para o bem-viver (para o aperfeiçoamento e reformulação da PNASPI);
- Descentralização de soro antiofídicos nos Dsei do Amazonas;
- Criação do Núcleo de Atenção à Saúde de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (NIIRC);
- Articulação para a realização de Contrato Temporário da União - CTU;
- Discussão de Concurso Público com Carreira Indigenista da Saúde Indígena;
- Articulação para a regulamentação das categorias AIS e AISAN por meio do Projeto de Lei 3514/2019;



PRINCIPAIS ÊXITOS

- GT sobre medicinas indígenas;
- GT sobre saúde mental; Nova estrutura da Sesi;
- Nova estrutura da SESAI (com a criação de novos cargos);
- Ampliação das infraestruturas de saneamento e estabelecimentos de saúde;
- Criação, ampliação e fortalecimento do Centro de Operações Emergencial por desassistência a Saúde do Povo Yanomami;
- Constituição de Comitê de Resposta a Eventos Extremos na Saúde Indígena;
- Valorização das medicinas indígenas e especialistas tradicionais de saúde indígena;
- Ampliação das coberturas vacinais por meio de campanhas de multivacinação e intensificação da vacinação;
- Qualificação das equipes multidisciplinares e equipe técnicas;
- Construção do Plano Distrital de Saúde Indígena - PDSI 2024/2027;
- Criação de Grupo de Trabalho em conjunto com o Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena sobre a temática de contaminação por mercúrio no ambiente e na saúde da população indígena.

PRINCIPAIS ÉXITOS

- Implantação da assistência da saúde indígena no Estado do Piauí e Rio Grande do Norte;
- Estudos para viabilizar o atendimento de saúde as comunidades indígenas que estão no Distrito Federal;
- Programa Mais Saúde com Agente Indígena - Programa de qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento. Parceria SESA, SGTES e SVSA (revisão para qualificar todos os 34 DSEIS até 2026).
- Celebração de:
 - 02 ACT
 - 06 TED
 - 1 TC OPAS
- Tratativas para a criação de um novo Sistema de Informações da Saúde Indígena para superar as fragilidades do SIASI
(Evolução do SIASI ao e-SUS APS SESA e a Implementação do InfoSUS IV)

Realização de 10 consultas dos 34 distritos.

Resolução da OMS elevando tema da saúde indígena como prioritário para todos os países que possuem população indígena. Necessidade de elaborarem Plano de Saúde Indígena.

GT Saúde Indígena na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) para enfrentar dificuldades junto a estados e municípios.

Orçamento da SESA demonstra esforço para tirar saúde indígena do subfinanciamento. Ampliação de mais de 1 bi de 2022 para 2024, mas ainda insuficiente. Para 2025 estão buscando ampliar ainda mais.

Estão trabalhando para o aumento do quadro de profissionais, para a execução de obras e com diferentes linhas de financiamento: emendas parlamentares, fundo Amazônia, PROADI-SUS (isenção fiscal para grandes hospitais).

AgSUS Lei 14.621 de 14 de julho de 2023 não é uma proposta impositiva, mas colaborativa. Com contrato de gestão com o ministério da saúde, assegurando a não municipalização da saúde indígena. Consultas a todos os DSEIs até final de setembro. Conta com apoio dos conselheiros para consultas regionalizadas.

CEIÇA PITAGUARY parabenizou secretário pela gestão e visão das aldeias.

AGNALDO PATAXÓ elogiou trabalho da SESA, mas falou que infelizmente o que veem aqui é diferente da comunidade. Transporte é gargalo no que diz respeito à saúde indígena. Outro ponto em relação à criação da categoria agentes de saúde indígenas. Enfatizou a disparidade de salário entre coordenadores dos DSEI. Por fim, pontuou a questão de gestão no que diz respeito às relações humanas, ainda tem resquício de funcionários que ainda não compreenderam novo modelo de gestão e tratam mal a saúde na ponta.

ALEXANDRE BORGES DE JESUS/APOINME Ressaltou que tem que buscar regulação para exames e procedimentos secundários e terciários, pois ainda há discriminação contra indígenas nos hospitais de referência. Perguntou quais critérios de escolha dos DSEI para mudança das equipes. Pontuou a importância de se pensar uma forma de ter resposta mais rápida dos DSEI aos processos de requerimento ao acesso a procedimentos.

JOCELINO TUPINIKIN/APOINME Parabenizou Weibe e questionou proposições das conferências nacionais, demanda do Espírito Santo de ter um DSEI próprio pois atualmente é MG e ES. O Coordenador do DSEI não atende pleito da organização territorial. Outro ponto é o PDSI e os impactos de garimpo e solicita uma atenção maior em relação ao mercúrio, mas chama atenção para rompimento das barragens de Fundão e Mariana que até hoje a população sofre impactos, principalmente muitos casos de câncer, necessitando fazer análise se não tem relação direta com a água e consumo de pescado, com milhares de pessoas atingidas. Capacitação de gestão dos escritórios locais, pois as vezes combustível chega e não tem capacidade de gestão, reforçar regime de parceria do governo federal com estados e municípios para não ser negado direito na base. Questiona se com a criação da AGSUS se serão eliminadas as conveniadas, se isso não acontecer, irá desfavorecer recursos, e será mais um meio que tira recursos da ponta, afetando diretamente a base.

ELADIO TIKUNA resgatou que na 6^a conferência nacional de saúde indígena teve eixo sobre indígenas na cidade, mas nunca foi implantado. Perguntou se tem recurso para água potável nas aldeias indígenas, sobretudo na região do Amazonas. Processos enviados nos DSEI voltam e há demora para resolver projetos quando vem para sede, causando preocupação, necessitando ser resolvido o mais rápido possível.

LUIZ FERNANDO Parabenizou secretário e trouxe 2 questionamentos: como acontece processo seletivo na regional, pois povo indígena concorre com não indígena e quando passa exige experiência que isso tem que ser revisto, pois há indígenas que se formam na área da saúde, mas acabam não trabalhando por essa questão. Outra questão em relação à falta de permanência dos médicos nos territórios.

SERGIO MARQUES Parabenizou secretário pelo trabalho e dados apresentados. Ponderou alternativas para solucionar problemas, todo mundo sabe que em Mato Grosso do Sul tem problema de acesso à água, sobretudo para os Guarani Kaiowa. Buscaram cedência de perfuratriz junto à FUNASA para ampliar atendimento, poços são insuficientes. Outra situação em respeito à empregabilidade, há técnicos e enfermeiros indígenas, é difícil de acessarem empregos na saúde indígena e na maioria dos casos ficam de fora dos processos seletivos por não terem experiência de trabalho.

LINDOMAR XOKÓ/SERGIPE Parabenizou a SESAI pelo esforço e o bom trabalho, informa que 99% da SESAI está na mão dos indígenas, é preciso atenção principalmente na questão do repasse de informações. Pediu que o secretário monitore as regionais para que realmente saiba o que está acontecendo nas bases e que pense na política certa que está sendo construída.

CLEBER BUZATO/CIME Saúda secretário pela exposição da evolução nos processos do ponto de vista orçamentário e de ações, mas tem situações que permanecem em relação a demandas de serviços

na ponta, em especial com relação ao saneamento. Em Santa Catarina também há comunidades com problemas graves de abastecimento de água, questiona se há plano estratégico e recursos para essa demanda. Outra questão em relação ao AGSUS, CIMI tem sido crítico por preocupação quanto a eventual enfraquecimento político futuro da própria SESAI. Outra questão sobre instalação do INCE, quais semelhanças e diferenças com relação a proposta do INCE e a atual proposta da AGSUS. E qual o escopo de serviços que poderão ser abarcados pela AGSUS, por exemplo vai poder fazer subcontratações? Poderá subcontratar prestadoras de serviços atuais para a saúde indígena? Por fim, tema do controle social, como será feito, ficará vinculado às ações da AGSUS ou respaldado e vinculado diretamente à SESAI.

WEIBE TAPEBA/SESAI Em relação às demandas locais, colocou que a Bahia é o segundo estado em população indígena, ADPF709 trouxe demanda de responsabilidade da SESAI que prevê atendimento mas não entrou orçamento na SESAI. Estão solicitando qualificação da informação em relação ao número de comunidades, famílias e pessoas que estão na ADPF709 para incluir no SIASI. Foi feito projeto de implantação da CASAI e aumento de 21 veículos no DSEI da Bahia, com 107 motoristas e ampliação dos contratos, mas mesmo com esses aumentos continua um grande passivo, ainda tendo que melhorar bastante. Tem coordenadores que recebem CCE diferentes que estão discutindo com MGI e MS para tentar uniformizar.

Sobre governança dos contratos, a Universidade Federal de Santa Catarina está desenvolvendo painel de monitoramento dos processos e contratos e treinamento em contratos e licitações para servidores da SESAI. Padronização de processos nos DSEIs, pois cada unidade usa um modelo próprio, dificultando o atendimento as demandas recebidas e tem casos que processo não é encaminhado dos DSEIs. Necessidade do subsistema atuar no SUS, o GT deve cuidar disso para elegibilidade dos DSEIs na transição, contando com a participação dos conselhos distritais. Sobre processo seletivo, querem assegurar que força de trabalho migre para a agência, exceto para profissionais que não estão bem avaliados, será essa a proposta que a SESAI irá defender e para novos processos seletivos. Quanto a estes, discutindo prioridade para profissionais indígenas na seleção, com critérios de pontuação com prioridade para indígenas incluídos nos novos TdR para contratação pelas conveniadas. Nos Krenak fizeram agenda para medidas de compensação ambiental especialmente no saneamento, o DSEI poderia junto com o CONDISI qualificar melhor essa demanda para a SESAI pensar em como incidir.

Combustível também precisa de ampliação de contrato em 25%, mas há denúncia de desvios de combustíveis em algumas regiões, precisando melhorar a gestão do combustível. Termo de parceria, GT na CTI pretendem discutir relação com municípios e estados. Sobre recursos, o percentual de administração será menor, com a agência ter uma capacidade de ampliar atuação nos territórios.

Sobre atendimento a população indígena no contexto urbano, governo precisa discutir políticas públicas para esses povos não só na SESAI mas com MPI e FUNAI, e no atual modelo do subsistema estão impedidos de atuar, precisando de debates mais profundos. Permanência dos médicos nas comunidades tem dificuldades, o Programa Mais Médicos está ajudando nisso, precisando avaliar as escalas das equipes.

Recurso para água apresentou curva ascendente, mas passivo muito grande. O gargalo de saneamento no Mato Grosso do Sul, e infelizmente os recursos hídricos estão em sua maioria contaminados por

agrotóxicos, mas a SESAI está discutindo apoio com governo de estado para implantação de abastecimento com convenio com SANESUL. Da perfuratriz não teve acompanhamento permanente, mas vai atrás de informação.

Sobre o controle social Conselho local e distrital de saúde devem apontar questão e irregularidades, o movimento tem papel fundamental nisso. A Estratégia estrutural para questão da água é que instalaram um grupo com participação de vários ministérios para discutir proposta para saneamento e água com participação indígena para programa Mais Saneamento Indígena a ser apresentado na COP30 em 2025. A SESAI fez um diagnóstico e o resultado foi que 80% dos territórios indígenas não tem acesso a água potável, massivo realmente é grande, precisa ser partilhado com outras instituições, estados e municípios.

Da AGSUS e enfraquecimento político da SESAI, atualmente a SESAI não contrata diretamente os funcionários, existem outras entidades contratadas pela SESAI que fazem esses contratos, para a área meio a SESAI está com proposta de contratar diretamente pelo MS, mas para a área fim continuará pelas conveniadas. o que querem é substituir essas entidades privadas pela Agência, criada pelo próprio governo que terá recurso sob gestão da SESAI. Foca no provimento de pessoal no momento, o debate sobre terceirizados será aprofundado mais pra frente. Pode subcontratar, mas a ideia é a SESAI contratar agência e se não houver serviço ela pode subcontratar, se tiver dentro do plano de trabalho pactuado com SESAI. Coordenação Geral de Participação e Controle Social permanece na SESAI e dentro da agência também ter coordenação para operacionalizar ações de controle social.

DINAMAN TUXÁ/APIB trouxe dois informes: 1. Nota para o CNE sendo construída será apresentada amanhã; 2. Reunião extraordinária no MS também ficará para amanhã. E sobre as CTs serão 2 coordenações conforme Regimento Interno, sociedade civil e governo para cada, precisam fechar até amanhã.

CEIÇA PITAGUARY/MPI solicitou que cheguem às 8h no dia seguinte e encerrou o 1º dia da 2ª Reunião Extraordinária do CNPI.

Brasília, 09 de agosto de 2024.

2º Dia de Reunião

Aos nove de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às 9h30, no Palácio do Itamaraty, Sala San Tiago Dantas, teve início o segundo dia da **2ª Reunião do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)**.

DINAMAN TUXÁ/APIB apontou esvaziamento da bancada de governo no CNPI. Salientou que esta reunião acontece no Dia Internacional de Povos Indígenas, qual seja, 09/08.

CLEBER BUZATTO resgatou dia anterior com apresentação da FUNAI e SESAI sobre os processos em curso, porém não se tratou de consulta ou deliberação acerca desses temas de reestruturação da FUNAI e AGSUS da SESAI. Propõe que conste na pauta da próxima reunião um debate mais aprofundado sobre esses temas a partir de proposta mais definida da reestruturação e avanço das consultas relativas à AGSUS para que CNPI seja espaço de deliberação acerca dessas propostas.

DINAMAN indicou que apresentação do dia anterior foi em caráter de informe. Serão tratados nas CTS: reestruturação da FUNAI na CT II e debate da AGSUS na CT III.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

Avança na pauta para tratar da II Conferência Nacional de Política Indigenista. Foi sugerido que Maria Augusta contribuirá no diagnóstico relativo à 1ª Conferência, com relação ao que houve de avanço ou não e pensar na metodologia para garantir maior participação indígena. Na 1ª Conferência foram 130 etapas locais, 26 etapas regionais, resultando na etapa nacional. Propõe que criem uma Comissão para atuar junto à consultoria com representação indígena e do governo ou incluir dentro de uma das CTs e a partir disso convidar pessoas que tenham expertise com o tema para colaborar na construção da proposta e posteriormente criar comissão organizadora, desde já ou mais adiante. Questiona se tem orçamento e previsão orçamentária para pensar em cronograma e formato das etapas.

JECINALDO SATERÉ/MPI Saúda a todos pelo dia internacional dos povos indígenas. Informa que a pauta e a previsão orçamentária da II Conferência Nacional de Política Indigenista está inserida no Plano Estratégico Institucional do MPI, sendo uma das entregas prioritárias para a pasta do Ministério. Está em andamento um planejamento para ser executado através de uma organização conjunta de diferentes setores do MPI. Entende que o CNPI também é o lugar legítimo de debate sobre a tramitação da Conferência. Por parte do Governo Lula tem interesse e boa vontade política de realizar e executar a II Conferência. Por fim coloca que a organização e estruturas para a II Conferência só podem começar após o “start” do CNPI, assim indo para o orçamento de 2025. O trabalho do MPI envolve parcerias com FUNAI, SESAI. A troca com a SESAI também é importante, sendo uma referência, tendo em vista a execução de seis Conferências Nacionais de Saúde Indígena.

A Conferência foi pauta da Bancada Indígena no dia 06 de agosto de 2024, oportunidade na qual algumas lideranças que participaram da I Conferência trouxeram bastante insumos, considerações e avaliações importantes para a organização da II Conferência. Entende que seria importante socializar isso no Plenário do MPI.

CEIÇA PITAGUARY/MPI O MPI tem até 2026 para realizar as conferências de política indigenista e da PNGATI, reitera que a FUNAI tem que repassar informações orçamentárias da I conferência. Em 2025 realizar as etapas locais, estaduais ou regionais, e no primeiro semestre de 2026 culminando na etapa nacional. como está no planejamento do MPI, vai ter orçamento para realizar a conferência. Necessitando de articulação com outros órgãos, como já vem sendo feito pelo MPI. E de fato há a necessidade do balanço de gastos da I conferência de 2015, para articular uma proposta mais fiel para o orçamento para 2026.

DINAMAN TUXÁ/APIB propõe da CT2 de acompanhar a organização da Conferência ou se já se cria uma Comissão para esse acompanhamento.

CEIÇA PITAGUARY/MPI Propõe que Teresinha/SESAI possa fazer as considerações, pois foi uma das pessoas que acompanhou todo o processo de realização da I Conferência enquanto FUNAI.

TERESINHA/FUNAI Informou que na ocasião criaram comissão entre Ministério da Justiça e FUNAI, ressalta que os membros titulares e suplentes do CNPI foram essenciais auxiliando nas reuniões da comissão organizadora. Orçamento do Ministério da Justiça foi descentralizado via FUNAI e um dos maiores gargalos orçamentários foi a logística.

LUCIA ALBERTA/FUNAI Relembrou Dia Internacional dos Povos Indígenas como dia de luta frente aos direitos ameaçados. Contextualizou que auxiliou na coordenação da realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Conseguiram mobilizar ministérios e organizações indígenas para conferência com etapas locais, regionais e nacional com participação de mais de 10.000 pessoas. Foram 4000 propostas nas etapas locais que foram para 26 etapas regionais, além das conferências livres autônomas. Foi definido pela Comissão Nacional que todas as propostas fossem levadas à Conferência Nacional. Houve apoio da FLACSO com consultores que fizeram sistematização e relatoria, que gerou uma revista e vídeo com metodologia e resumo da Conferência. Em 2015 a Presidenta Dilma esteve presente. Foram priorizadas 215 propostas e finalizaram com 216 propostas. A primeira proposta era demarcação das Terras Indígenas, a segunda era institucionalização dos espaços de participação social com a criação do CNPI. Foram investidos cerca de R\$ 15 milhões para realização da Conferência ao longo de 1 ano.

JOÃO PEDRO/INCRA Informa que é um tema importante tanto para o governo quanto para a sociedade como um todo. Relembrou e corrigiu que foram R\$ 20,4 milhões para a realização da I Conferência. A princípio a previsão era de R\$12 milhões a R\$15 milhões, mas por questão de mercado e passagens o valor ficou bem acima. No nível nacional foram 1.800 pessoas que vieram. No momento não conseguiram ser deliberativos, mas foram dados encaminhamentos, como a criação do CNPI e ali já havia sido ventilada a criação do MPI. O Ministério da Justiça deu muita autonomia à FUNAI para a execução da I Conferência. Passagem e hotel foram o que mais encareceram a realização, chama a atenção sobre isso. Recebeu uma carta do TCU sobre os gastos da I Conferência, e ao abrir a carta constatou com alívio que todas as contas da FUNAI foram aprovadas e aceitas na sua gestão. Indica que Lúcia Alberta/FUNAI foi uma pessoa de referência para a realização da I Conferência e que seria importante que conseguisse participar do atual processo. Também chama a atenção para a logística de apoio na etapa nacional, de inclusive colocar transporte à disposição para buscar os indígenas em aeroporto ou demais ponto de chegada para que ninguém se perdesse. Enfatiza que as memórias da I Conferência poderão ajudar bastante na realização da próxima.

KLEBER KARIPUNA/APIB Saúda a todos e relembra a importância do dia internacional dos povos indígenas e pede orações de todos os presentes em nome da Tuíre Kayapó que vem enfrentando um câncer, para que a guerreira possa ter melhorias em sua saúde. Lembra das tentativas de iniciativas do governo, especialmente da FUNAI para a realização e construção coletiva de políticas para povos indígenas. Em 2005 houve a primeira conferência de política indigenista no Pará. O movimento indígena reivindicou participação efetiva indígena nas conferências e em 2015 realizou a I

conferência com 216 propostas e relembra a proposta 08, que seria o Estado brasileiro reconhecer a nomenclatura Povos Indígenas ou Povos Originários. Aproveitar o acúmulo que a causa indígena tem de construções coletivas e realizar uma II Conferência que de fato tenha incidência e que as propostas não fiquem paradas, ressalta a importância de ter uma Ministra indígena e uma Presidenta da FUNAI indígena. Que possam valer-se de fato do espaço da próxima Conferência Nacional para alinhar as propostas e que elas sejam implementadas, fazer uma avaliação e até mesmo reformulação e sem perder de vista a construção de propostas mais atuais para a política do Estado brasileiro para com os Povos Indígenas. Enfatizou que as propostas que saírem como resultado estarão nas mãos de um novo governo, sendo assim o movimento indígena tem que estar bem articulado e forte. Sugere que as etapas locais abranjam todos os estados brasileiros com participação da maioria dos povos que agregam cada estado, depois as regionais e assim realizar a nacional. Importância de levar em conta as realidades de cada um.

EDNALDO TABAJARA/APOINME Expressou preocupação com o momento, questionando custo de realização da Conferência frente a tantas demandas de demarcação, desintrusão, sendo que levantarão propostas para um novo governo que não sabem qual será. Ressalta a importância da Conferência, porém coloca que os povos indígenas sabem que estão precisando de território, saúde, educação. Pediu ao CNPI avaliar se realmente é válido esse gasto.

DINAMAN TUXÁ/APIB informa que a rubrica de dotação orçamentária social não pode ser usada em outras frentes, como as demarcações. Então se não for usado na Conferência, esse recurso não vai ser realocado para as demarcações. Concorda que tem que ter mais recursos para demarcação, mas esse recurso da Conferência é da pasta social.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI reforçou reconhecimento da resistência dos Povos Indígenas nesse dia Internacional dos Povos Indígenas. Colocou que a última Conferência tem quase 10 anos de sua realização, e que seria o caso de atualizar a discussão, por exemplo com temas como o mercado de carbono, questões judiciais, conciliação da Lei 14.701 no STF, questões climáticas, regularização da mineração nas Terras Indígenas. Reafirmou que é apropriada, oportuna e estratégica essa atualização para pautar planejamento do governo.

LUCIA ALBERTA/FUNAI pergunta quem fez parte da comissão organizadora da I Conferência? Algumas pessoas presentes se manifestaram. Informa que tinham o pós Conferência e que tinham que ter revisto as 216 propostas e dar encaminhamento. Mas por causa do cenário político não conseguiram fazer isso. Que isso pode ser um encaminhamento deste CNPI, revisitar essas propostas e ver o que consegue dar encaminhamento. Que as novas pessoas que estão compondo mesa também devem revisitar esses pontos como um processo educativo de quem faz parte agora do CNPI. Que aquele trabalho todo não pode só ficar na memória das pessoas que estavam envolvidas, precisa ser resgatado e dar encaminhamento.

JUSCELINO TUPINIKIN ressalta o perigo que a PEC 48 e o PL 14.701 representam para os Povos Indígenas e enfatiza que o CNPI deve fazer nota de repúdio nesse dia internacional dos Povos Indígenas. A importância da II Conferência para a formação dos mais jovens na luta. Coloca que mesmo com os avanços na incidência política os povos indígenas continuam sofrendo desigualdades no DF.

GUSTAVO/INA relembrou que a I Conferência foi 10 anos atrás, e que vai ter um salto geracional relevante e a transformação do Estado sobre política indigenista com protagonismo indígena inserido dentro do próprio governo, ressaltando a importância de avançar no debate da II Conferência. Em relação ao orçamento, espera que a rubrica de participação social ganhe mais força assim como para demarcação que sairá como proposta. Enfatiza que as 216 propostas sofreram rupturas por consequência do golpe de Estado ocorrido na época.

JOSÉ LUÍS CASSUPÁ – Estão com a superintendência de saúde de Rondônia e que podem contar com o apoio dessas instâncias estaduais, regionais, até mesmo a Coordenação Regional da FUNAI, para que as organizações indígenas também consigam dar apoio para a realização dessa II Conferência. Compete aos Conselheiros chamar a responsabilidade dos parentes que estão no estado e na ponta para a realização da Conferência.

DINAMAN TUXÁ/APIB encaminhou para criação de comissão mista temporária da bancada indígena/indigenista e do governo com 8 membros. Convidou Lucia Alberta e Teresinha para compor. E a proposta de criação de GT sobre a II Conferência na CT II para essa construção. Aprovada criação de GT dentro da CT II com 8 pessoas, sendo 4 de governo e 4 da bancada indígena/indigenista.

JECINALDO SATERÊ/MPI agradeceu e colocou gabinete da Ministra do MPI à disposição via Assessoria de Participação Social e Diversidade. Indicou que farão parte e levarão para Ministra Sonia fazer indicação de representantes do MPI, além da FUNAI e da SESAI. Indicou necessidade de avanço na questão orçamentária para ter recursos na faixa de R\$15milhões ou 20 milhões para isso. Este tema está dentro da pasta da Assessoria de Participação Social, unidade da qual é representante. Informa que participarão também do GT e que o MPI informará quem do MPI a mais participará também. Também envolverão a FUNAI, tendo em vista que Lúcia Alberta participa quanto CNPI, e que também precisam envolver a SESAI e o MJ. Importância o MPI estar envolvido para que a Ministra também consiga fazer as articulações necessárias para a realização da Conferência.

DINAMAN TUXÁ/APIB sugere que às 14:00 depois do almoço já tenham estes nomes.

Surgiu a proposta de que a Comissão da Conferência tenha 10 pessoas: 4 indígenas, 4 governo e 2 indigenistas.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informa que já tem 3 de governo: Jecinaldo/MPI, Teresinha/SESAI, Lúcia Alberta/FUNAI. Então a vaga fica aberta para mais um representante de governo. Teresinha sugere que seja o MPO para compor por parte do governo. Sugestão acatada por todos/as.

COP30 E PLANO CLIMA

CEIÇA PITAGUARY/MPI convocou Nayra Paye/MPI e Suliete Baré/MPI para apresentar a pauta.

NAYRA PAYE/MPI se apresentou como parte da Assessoria Internacional do MPI vinculada ao gabinete da Ministra. Informou que o planejamento do MPI envolve a melhor e maior participação indígena da história das negociações na COP 30, a estimativa é que tenha a participação de 7.000 indígenas da América Latina e a nível global, contribuindo com os indígenas brasileiros em seus

conhecimentos e modos de vida, e sejam vistos e reconhecidos pelos Negociadores e Estados como uma grande contribuição para o mundo como um todo, principalmente no combate às mudanças climáticas. O Brasil está comprometido em incluir as questões indígenas nos seus compromissos, sendo uma das entregas o curso de Formação de Lideranças Indígenas em Negociações Internacionais em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. O edital foi lançado no dia 07 de agosto de 2024. Além disso, parcerias que fortaleçam as organizações indígenas, as políticas do MPI e as ações da FUNAI. Dando um panorama geral do que se trata a COP, a nível de discussão nacional vai ser voltada para o Plano Clima coordenado pelo MMA e para a discussão sobre o COP do clima resgatou Acordo de Paris e suas metas, entre elas não atingir os 2º graus de aumento da temperatura mundial.

A COP 28 de Dubai chegou ao processo de revisão dos acordos, com meta de não elevação de 1,5 grau de temperatura a nível global (missão 1 grau e meio), Além disso, houve o lançamento do Fundo de Perdas e Danos. A COP 29 no Azerbaijão, vem com a missão para discutir meios de implementação, o que é preciso fazer para evitar esse 1,5 grau e quais os compromissos dos principais países emissores de carbono, bem como financiamento para implementação. A COP30 do Brasil vem com a missão de definir como cada país irá se comprometer para atingir sua meta, a implementação das NDCs.

O Plano Clima vem nesse processo, liderado pelo MMA com participação do MPI, a meta é fechar o Plano Clima para ser apresentado no COP 29. No Plano Clima trabalham com dois conceitos, um de mitigação para construir economia de baixo carbono, inserindo meta de demarcação de Terra Indígenas e o outro conceito é da adaptação, como se adaptar para implementação da economia de baixo carbono com diminuição de combustíveis fósseis e transição energética justa, e nesse momento trazer uma posição do movimento indígena para esses espaços. Também a inserção das resoluções discutidas e aprovadas pelo CNPI sejam incluídas no Plano. Estão trabalhando com alguns Indicadores das metas de adaptação e tentam incorporar direitos indígenas, para inserção da demarcação como meta para mitigação para sair como resolução. O MPI tem trabalhado a COP30 em 4 frentes:

1. ampliar a incidência dos povos indígenas com participação nos espaços de negociação, green Spaces ou eventos paralelos;
2. logística para credenciamento para povos indígenas (atualmente ONGs e governos);
3. fortalecimento do movimento via apoio direto a organizações de base, conseguir recursos para financiar projetos da ANMIGA, APIB e regionais;
4. legados dos acordos da COP30, tem um GT interno do MPI e FUNAI.

Informa ainda que estão fazendo todas essas frentes no que chama de GT COP 30, o GT é interno, MPI + Funai, e que estão usando esses espaços para consulta com as lideranças.

SULIETE BARÉ/MPI Cumprimenta a todos/as e traz os informes sobre o Plano Clima: O plano está passando por um processo de atualização, que está dividido por planos setoriais. O MPI, via SEGAT/DEJUC vem trabalhando no Plano Setorial de Povos Indígenas. O Plano Clima tem o Grupo de Trabalho Técnico (GTT) de Adaptação e o de Mitigação.

GTT de Adaptação: Já está mais avançado no processo e as oficinas já têm a participação das organizações indígenas que trabalham na pauta climática nas datas de 05 a 06 de setembro, lembrando

que já está aberto no site oficial do MPI para a contribuição dos povos indígenas. Ressalta que os Povos indígenas são um dos principais grupo impactados pelas mudanças climáticas.

GTT Mitigação: Não haverá oficinas de escuta, o MPI está envolvido nos 7 setores e debatendo sobre incluir a demarcação de terras indígenas como ação necessária para a mitigação das mudanças climáticas. Outro ponto é a questão da Transição Justa, também está sendo pautada no Plano de Mitigação, como uma pauta extremamente importante para os Povos indígenas e na qual a CLPI deve ser observada.

Informa sobre o cronograma das atividades do GTT Mitigação. Apresenta a construção do Plano de Adaptação. Ressalta que os PIs são um dos principais grupo impactados pelas mudanças climáticas. O Objetivo 8 é um dos mais vinculados à realidade dos povos indígenas. Quanto às organizações indígenas, muitas estão já no processo de construção: APIB, ARPINSUL, ANMIGA, entre outros.

Na segunda feira 05/08 foi lançada a consulta pública sobre o plano no site do MPI, convida a todos para participarem da consulta online. O plano Clima anterior coloca Povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais no mesmo plano, mas existem diferenças e é a primeira vez que Povos indígenas tem seu próprio plano setorial.

Na oficina final trarão em torno de 40 indígenas para trazerem e compartilharem suas experiências e as realidades dos impactos causados aos territórios em função das mudanças climáticas.

CEIÇA PITAGUARI/MPI abre para perguntas e contribuições.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Parabeniza a exposição e apresentação. Acha bastante importante a participação brasileira nas discussões climáticas. Relembra que o governo tem suas pautas, mas não limita ou impede que os povos indígenas apresentem suas pautas e discussões. É importante ver a COP como incidência, meta e frente para inclusão das pautas indígenas na agenda das autoridades internacionais. É importante discutir as metas de financiamento, se demarcação de terras indígenas é um meio para reduzir as emissões, então como que as autoridades internacionais vão contribuir para a proteção e demarcação das Terras Indígenas (?). Tem essas questões que são estratégicas tanto do lado do governo, tanto da sociedade civil, participando das pesquisas. Pela primeira vez o Brasil tem um Ministério dos Povos Indígenas, e diz que os povos indígenas não se limitem a convites do governo para participar das COPs. A riqueza das discussões dos Planos Climas no Brasil tem avançado e que haja a discussão desses termos, tanto a nível comunitário, regional, nacional e internacional. Os povos indígenas precisam ser inseridos dentro dos planos de adaptação, pois podem contribuir muito com suas experiências.

GIOVANA/CASA CIVIL colocou 3 dúvidas. Acompanhou parte da CT I e não viu essa discussão lá, seria uma ponte na questão da demarcação como meta de mitigação. A segunda questão é se só restringe à Amazonia ou também outros biomas. E a terceira se tem previsão de bancos de dados ou sistemas que já existem de Terras Indígenas e unidades de conservação para integração.

TAYSE POTIGUARA/APINME Perguntou qual a data da COP30 e essas atividades programadas como edital do MPI/MRE para 30 vagas para participar da COP30. Está em dúvida em relação à COP no Brasil e outro país, pergunta quais as atividades previstas. E se essas 30 vagas respeitarão paridade de gênero e geração.

JOZILÉIA KAINGAN/ANMIGA Parabeniza a apresentação do Plano Clima, o Itamaraty foi o espaço que o CALCUS indígena usou para fazer as discussões de incidência dos povos indígenas na COP de Biodiversidade e na COP Clima. Propõe que o CALCUS indígena seja retomado nesses próximos anos que antecedem a COP30, para que se possa ter diálogos e alinhamento com o governo para que se tenha a perspectiva das demandas dos povos indígenas e que os negociadores internacionais levem esses temas para esses espaços. Ressalta a importância de gerar engajamento para a participação da consulta online e que a ANMIGA está com uma estratégia de divulgação ativa repostando em suas redes e fazendo chegar no maior número de pessoas possíveis. Outro ponto é conhecer os protocolos de adaptação e que isso seja levado para outras comunidades que ainda não têm seus planos de adaptação.

IANUKULA SUÍ/FEPOIMT Traz a complexidade do tema e que os povos indígenas precisam trabalhar muito como que as informações chegam nas bases. Questiona se durante a COP30 realmente vai haver participação indígena de fato ou se o Estado brasileiro vai se fechar como sempre faz em pautas internacionais. Quais são os critérios estratégicos de participação e que cabem as lideranças indígenas levar suas pautas sobre os impactos da mudança do clima em seus territórios, mas também trazer pessoas com conhecimentos técnicos para essas discussões. Dentre vários itens considerados como riscos de crises climáticas, vale a pena adaptar os próprios conceitos sobre o assunto.

SULIETE BARÉ/MPI Considera que a questão da demarcação está sendo colocada como um dos pontos principais da NDC, e está trazendo para apresentar no CNPI e CTs essa discussão, já que não haverá oportunidade de oficina do GTT de mitigação para reforçar importância de incluir essa temática. Em relação à restrição à região Amazonia não se aplica, pois Povos indígenas estão em todas as regiões, a política pública vai ser feita para o Brasil todo. Na relação com as unidades de conservação, estão em contato com MMA e levarão para discussão. Sobre a COP30, acontecerá em Belém-PA e além da COP do Clima existe COP16 da Biodiversidade, então informações podem estar causando confusão. COP30 será no final de novembro/dezembro 2025 em Belém. Quanto às vagas do edital, serão para lideranças indígenas que passarão por formação de “diplomatas indígenas” para ter conhecimento do funcionamento da negociação no âmbito das COPs. Agradeceu comentários sobre discussões a nível técnico e dificuldades dos parentes nos territórios, portanto contam com essa rede do CNPI para levar essa discussão para os territórios. O que os parentes entendem sobre o conceito de justiça climática, precisam criar os próprios entendimentos sobre esses conceitos de justiça climática, adaptação e mitigação.

NAYRA PAYÉ/MPI Respondendo à Tayse, informa que a ASSINT fará o encaminhamento das agendas internacionais, como a COP 16 (21/10 a 08/11), COP 30 (novembro), COP de Desertificação (02-12/12). Quanto ao edital das lideranças indígenas para a COP, garantirão o credenciamento das 30 lideranças que forem selecionadas para a formação dos embaixadores indígenas. Mas o credenciamento das organizações indígenas ainda vai precisar ser feito.

CEIÇA PITAGUARY/MPI Ressalta a importância da formação de diplomacia indígena, para as lideranças estarem bem alinhadas com o que a pauta defende.

JOSÉ LUÍS CASSUPÁ Indicou que agronegócio é o grande causador das mudanças climáticas com impacto socioambiental em todo o Brasil, inclusive as invasões de terras e também as grandes indústrias. Perguntou sobre o GTT do Plano Clima, se há conhecimento sobre a AMACRO (Amazonas, Acre, Rondonia) para trabalhar pecuária e agronegócio e não está havendo discussão com os povos indígenas em relação a isso. Isso traz outras construções de hidrelétricas, estradas, invasões, quando há Terras Indígenas que não estão sendo consultadas. Cita asfaltamento da BR319 que foi proibida pelo MP, a discussão foi feita apenas com governadores, o que causará grandes impactos na região, com consequências diretas para os povos indígenas e principalmente para indígenas isolados, e por fim denuncia a necessidade da escuta dos povos indígenas que serão afetados pelos projetos.

ELÁDIO TIKUNA Coloca preocupação quanto aos impactos da mudança climática que vem sendo sentido por todos e dar o exemplo de sua região e recoloca a pergunta que tinha feito no dia anterior e para a qual não obteve resposta: O que é que o governo federal fará com a estiagem e a seca dos rios na Amazônia, que os peixes e as plantas estão morrendo. Ninguém está se preocupando com os povos que estão sentindo diretamente esses impactos. Se não fosse os povos indígenas, a situação estaria pior. Outra questão que coloca é o quanto ao mercado de carbono, na Colômbia foram mais de 20 lideranças para dialogar em Bogotá com as empresas. Entende que os Povos indígenas do Brasil precisam entender mais sobre isso, porque cada povo está tratando do tema de uma forma diferente. Quanto à COP, pergunta, já que o MPI não consegue pagar 30 passagens, como que as delegações indígenas conseguirão viabilizar essa participação, que é importante para incidência e para trazer a perspectiva dos povos indígenas para esses espaços.

JUAREZ FERREIRA/SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA Divulga o plano clima participativo, pois acha muito importante levando em conta os questionamentos que foram feitos e diz que estão em andamento as ações locais. Está acolhendo as críticas e pede a todos para articular suas bases para levarem suas denúncias e críticas às plenárias locais. Todos os detalhes do plano clima participativo estão no site Brasil participativo ([Mobilização - Plano Clima Participativo - Brasil Participativo \(presidencia.gov.br\)](https://mobilizacao.presidente.gov.br)) Plenária dos biomas caatinga e costeiro já foram realizados. E mais uma vez pede a mobilização das bases. A Secretaria Nacional de Participação Social está articulando plano. Coloca a Secretaria Geral da Presidência ao dispor para compor a comissão do GT da II Conferência Nacional de Política Indigenista.

Datas das plenárias do Plano Clima Participativo: Santarém-PA 05/09/2024, Porto Alegre -RS (a definir), Imperatriz - MA 23/08/2024, Macapá - AP (Transferido para Santarém) São Paulo - SP 15/08/2024, Campo Grande - MS 14/08/2024, Teresina – PI 02/08/2024, Olinda - PE 01/08/2024, Brasília - DF 30/07/2024.

LUIZ FERNANDO Ressalta que quando se falar em processos de adaptação e de mitigação é importante trazer os povos indígenas para a discussão, pois são eles que preservam, mas mais sofrem os impactos. No passado seus ancestrais tinham sua própria economia, e depois da Guerra do Paraguai houve massacre ao seu povo Kadweu. O gado e o cavalo sempre foi parte da economia ancestral e até hoje é o que se adapta à região. Quando seus ancestrais tinham gado, não faziam queima, faziam o pastoreio nas matas mesmo. Essa cultura, bem como a cultura dos cavalos pantaneiros se perdeu. Resgata a história de seu povo desde a época do Império, que começou a ser atacado também em função da sua prosperidade e hoje, querem retomar a cultura e quando se fala em

Pantanal não tem como se falar dos Kadweu. Enfatiza a necessidade de formação técnica e rural para seu povo.

JOCELINO TUPINIKIM/APOINME Parabenizou as colegas do MPI e perguntou considerando que existe equipe para esses trabalhos da COP e do Plano Clima, pensando na demarcação como meta para a COP, se tem algum outro apontamento que vem sendo debatido com mais precisão nesse sentido. Colocam que movimento indígena precisa se posicionar de forma mais assertiva na COP30, pergunta se no GT tem algo que entendem que deve ser o foco da discussão. Menciona território Tupinikim que era dominado por deserto verde de eucalipto, retirado pós 2010 e florestas voltaram e nascentes que rebrotaram, pois a terra se regenera, ela tem ativos que vai trazendo a vida de volta.

KLEBER KARIPUNA/APIB Informa a participação da APIB em ambos os processos: Para o G20 a APIB está fazendo desse Comitê, em especial no G20 Social e para se posicionarem sobre os temas do G20, juntamento com outros movimentos sociais. O próximo G20 é preciso dar continuidade dessa participação social na próxima presidência do G20 Global. Debater temas como seca e fome são importantes para a discussão dentro dessas pautas pois afetam diretamente a maioria dos povos indígena. No G20, a partir das discussões do GTT Clima, também querem pautar sobre como se posicionar quanto à mitigação climática. Junto com outros movimentos sociais, na cúpula dos Povos, vem acompanhando o G20 e pensando em como incidir. Quanto ao Plano Clima, sabendo que os formatos não são os mais adequados para a participação dos povos indígenas, já trouxeram para os espaços de diálogo a importância da participação dos povos indígenas, bem como trazem as organizações e movimentos que já debatem o tema, como CNPI, ASSINC, CT de Mudanças Climáticas do CG-PNGATI, Organizações regionais e ANMIGA.

É importante acessarem as plataformas e colocarem as propostas que trazem, para que as propostas sejam ranqueadas e colocadas como prioritárias. Estão priorizando na oficina a participação de conselheiros/as do CNPI, em especial os que participaram da reunião interconselhos, mas alguns conselheiros estão com pendência no SCDP do governo e precisam regularizar suas situações para poderem ter o apoio de custo para viagem. Enquanto APIB foi deliberado fazer processos de melhorias na comunicação para que as informações parem chegar ou sair confusas e para finalizar informa que foi debatido na COP de Dubai que a demarcação de terras indígenas tem que entrar como tema nas NDCs nacionais pelo governo brasileiro nos próximos 10 anos como ação de mitigação às mudanças climáticas. É importante que os membros de governo que estão no CNPI, que participam dessas negociações, alinharem enquanto CNPI também com o movimento indígena para garantir que uma dessas metas seja a demarcação de terras indígenas.

Quanto à iniciativa de Diplomatas Indígenas, a APIB também vem trabalhando na formação de indígenas que se apropriem dos temas e fazer um perfil técnico para poder acompanhar esses temas específicos e que tem o perfil político, mas tecnicamente também precisa ter parentes formados que podem se apropriar e se aprofundar do tema e deram apoio nesse sentido à iniciativa do MPI, para qualificar ainda mais as propostas do movimento indígena para esses espaços, tanto de clima, de desertificação e biodiversidade.

CLEBER BUZATTO/CIMI Salienta a importância dos temas, pontua e reforça especificamente o tema da demarcação, se preocupa com a inclusão da pauta de demarcação no plano clima e que reflete um pouco as incertezas e inseguranças do governo brasileiro em relação ao tema. É fundamental que

a demarcação seja um eixo e que seja colocado o conceito de demarcação e todo seu aporte nos termos desse plano clima.

RUTH RIBEIRO/KAIGANG Trouxe questão da tragédia com enchentes e alagamentos no Rio Grande do Sul, com muitas comunidades indígenas atingidas com perda de suas casas e de suas roças, enfatiza que ainda hoje muitas pessoas ainda sofrem com as consequências deixadas pela tragédia climática. A presença do MPI, da FUNAI e da SESAI no socorro imediato, mas depois não houve mais ajuda. Perguntou se existe algum plano emergencial para esses territórios que já vem sofrendo consequências das mudanças climáticas. E a segunda pergunta é onde está recursos extraordinário que seria repassado ao MPI e aplicado pela FUNAI nos territórios atingidos.

CEIÇA PITAGUARY/MPI sobre as ações no Rio Grande do Sul, teve a visita da Ministra e da Presidenta da FUNAI, bem como servidores do MPI e FUNAI estiveram lá, em especial para a entrega das cestas básicas e a liberação de crédito extraordinário para MPI e FUNAI para que pudessem atender as comunidades na ponta, e a Lúcia Alberta estava bem envolvida também. A Casa Civil entendia que não precisava do recurso ir ao MPI e FUNAI, vez que as comunidades seriam atendidas pelas ações de outras pastas. Mas a FUNAI segue nessa negociação para tentar fazer com que o crédito extraordinário também venha para suas pastas para a reconstrução das aldeias.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI para complementar, a FUNAI e o MPI foram os únicos órgãos que não receberam recursos extraordinários da casa civil para atuarem na crise climática do Rio Grande do Sul, e que os recursos utilizados durante as visitas foram recursos da própria FUNAI para prestar assistência, e que infelizmente o recurso acabou.

NATANAEL/MRE informou que o colega chefe da divisão da área climática informou estará na reunião do CG PNGATI dia 13 e será oportunidade de conversar com ele sobre isso. Segunda questão, informou que há muitas informações sobre a COP no site do MRE. Sobre a questão dos diplomatas indígenas, pensa em solução de longo prazo para cotas no Ministério, mas coloca importância de ocuparem cada vez mais espaço e apoio do Ministério nesse sentido.

SULIETE BARÉ/MPI a Presidência da República criou a Secretaria Extraordinária de Reconstrução do Rio Grande do Sul e o MPI está participando do espaço. Já pautaram o não repasse de crédito extraordinário ao MPI e FUNAI e estão no esforço para que consigam esse recurso para atender aos parentes.

A questão do mercado de carbono é uma questão bem delicada, vem acompanhando com a FUNAI/CGGAM também, é um tema que vem recebendo diariamente não só denúncias, mas também para que acompanhem processos de consulta. É importante que esses assédios às comunidades cheguem em forma de denúncia ao MPI. Ressalta a importância dos parentes participarem da consulta pública online sobre o Plano Clima e coloca o DEJUC/SEGAT/MPI à disposição para esclarecimentos.

LUCIA ALBERTA/FUNAI o apoio a participação indígena na COP30 enquanto governo federal está criando um plano orçamentário para a COP, e que a FUNAI entrou com proposta orçamentária para que tenha recursos a disposição para a FUNAI financiar a ida de indígenas para a COP30, para uma

ampla mobilização e qualificação da participação de indígenas. Estão monitorando o andamento do plano.

NAYRA PAYE/MPI complementou Lucia informando que os 30 parentes farão parte do curso, mas a incidência poderá ser mais ampla e estão se preparando para receber os parentes da melhor forma. Não é algo que o MPI irá definir, tem de ser feito em conjunto com o CNPI e o movimento indígena.

CEIÇAPITAGUARY/MPI informou pauta da tarde.

JECINALDO SATERE/MPI ressalta sobre a proposta de moção do CNPI sobre o Plano Clima ainda para a parte da tarde, quanto o conceito de demarcação como algo central do debate.

DINAMAN TUXÁ/APIB - O apoio ao texto será feito pela Guta e será apresentado na parte da tarde. Às 14:00 retorno para leitura do posicionamento do MPI quanto à PEC 48/2023.

Acordo do Plenário quanto ao retorno às 14:00.

Aberta a parte da tarde da Reunião, ELIS NASCIMENTO faz a leitura das Resoluções e Recomendações elaboradas nesta reunião.

Leitura da Resolução nº 01 de 2024 sobre violações aos direitos fundamentais dos povos indígenas, considerando a Lei 14.701 e a não declaração de constitucionalidade por parte do SFT.

KLEBER KARIPUNA/APIB informou que essa é a proposta de resolução da bancada indígena, assim como deliberação de uma reunião extraordinária do CNPI no MS.

ELADIO TIKUNA Pede a inserção na resolução de outras unidades da federação que vem passando por violações de direitos.

MARCOS TUPÃ Perguntou se não é o caso de inserir também a questão dos indígenas que estão sendo presos e acusados de liderar invasões de terras pela Polícia Civil local.

KLEBER acolheu a sugestão para incorporar a criminalização e prisão de lideranças indígenas na retomada de seus territórios tradicionais.

CLEBER BUZATTO consta 14.701 sem o ano e ao final com o ano, é bom incluir o ano para deixar explícita lei. E no número do Recurso Extraordinário é 1.017.365.

KLEBER ajustes acolhidos e corrigir também nome do MJ para Ministério da Justiça e Segurança Pública

SAVIO sugere incluir estado do Piauí considerando os graves ataques, considerando sobretudo o desmatamento e enfrentamento à mineração, acarretando que muitas lideranças não podem nem ir para seus territórios.

KLEBER KARIPUNA/APIB Colocou que tem consciência de que ocorrem conflitos em vários estados, mas para não ficar repetitivo deixar apenas “nos estados da federação”.

AGNALDO PATAKÓ há várias lideranças assassinadas e culpados não foram punidos, clama para que a justiça possa apurar os inquéritos e quem deve ser punido pagar de acordo com a legislação brasileira.

KLEBER sugere incluir recomendação ao sistema judiciário brasileiro “criminalizações e respostas aos assassinatos de lideranças indígenas”. E substituir Comissão por Conselho ao final.

ELIANE XUNAKALO/FEPOIMT Acredita que para redação em vez de unidade da federação, colocar estados da federação, em sua região várias lideranças estão sem poder sair de suas aldeias por conta da violência, enfatiza que combate às violências contra indígenas têm que ser priorizado.

KLEBER KARIPUNA/APIB colocou em votação o texto da Resolução, aprovado. Sugere já discutir e aprovar bloco de resoluções.

ELIS NASCIMENTO segue com a leitura da **Resolução CNPI sobre a realização da II Conferência Nacional de Política Indigenista.**

KLEBER CARIPUNA/APIB sugere retirar considerando o que fala da comissão nacional de política indigenista e acrescentar que resolve propor a relevância da 2ª conferência até junho de 2026.

ROSILENE TUXÁ/MEC Considerando as eleições, propor até maio de 2026 a etapa nacional.

CEIÇA PITAGUARY/MPI informou que as etapas locais e regionais fazem parte da Conferência.

KLEBER KARIPUNA/APIB indica que pela redação não fica claro se maio de 2026 inclui ou não as etapas locais e regionais.

JOZILEIA KAINGANG/ANMIGA propõe que precisa conter no texto que em 2025 se realizem as etapas locais e regionais e em 2026 a etapa nacional. Indicou que em março ocorreu a Conferência Nacional de Cultura, que seria mais garantido dado que só teria até final de junho para convocar a conferência nacional.

JOENIAWAPICHANA/FUNAI informou que para garantir no orçamento do ano que vem tem que convocar esse ano. E a convocação tem que ser feita por Decreto Presidencial.

KLEBER KARIPUNA/APIB esclarece que se trata da resolução de realização da conferência e não da convocação. Encaminhou realizar até março de 2026 e todas as etapas anteriores a partir de 2025.

BENICIO JOSÉ/WASSU COCAL levar em consideração que a realização da conferência pode acontecer esvaziamento de algumas bancadas.

KLEBER KARIPUNA/APIB são acolhidas as considerações apresentadas em relação à Resolução da 2ª Conferência. Fica a consideração da Presidenta da FUNAI que a convocação tem que ocorrer

esse ano para garantir no orçamento do ano que vem. Fica também para o texto da Resolução que a Conferência ocorra até março de 2026.

Texto de Resolução da Realização da 2^a Conferência aprovada pelo Plenário.

ELIS NASCIMENTO leitura da proposta de **Resolução sobre o Marco Temporal, que considera a constitucionalidade da tese do Marco Temporal e reforça a relevância de liminar que suspenda os efeitos da lei 14.701/23.**

JOENIA WAPICHANA/FUNAI sugeriu mudança da redação para “Manifestar posição absolutamente contraria deste Conselho à tese do Marco Temporal e a constitucionalidade da Lei 14.701”.

CLEBER BUZATTO/CIMI ficou na dúvida sobre o “criando infraconstitucionalmente nova regra”, sugere indicar que o Congresso é que criou a infraconstitucionalmente nova regra. Retoma ponto da Joênia que seria o caso de manter como está para dar enfoque à manutenção da vigência da lei pelo STF.

Resolução do Marco Temporal aprovada.

ELIS NASCIMENTO segue com a **leitura da recomendação sobre o Plano Clima.**

Sem considerações por parte da plenária.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI informou que a estratégia de demarcação já consta do PPCDAM.

KLEBER KARIPUNA/APIB colocou em regime de votação, recomendação aprovada.

LUCIA ALBERTA/FUNAI colocou como sugestão incluir a quem se dirige as recomendações. No caso do Plano Clima é para MMA.

KLEBER KARIPUNA/APIB indicou que na primeira está claro, está MMA/ITAMARATY, incluir na redação.

ELIS NASCIMENTO segue com a **leitura da resolução sobre PL 3571/2008 sobre a criação do CNPI.**

KLEBER KARIPUNA/APIB reforça que está em ponto de pauta da reunião o PL do CNPI.

Resolução aprovada pelo plenário e reitera que as considerações serão incorporadas na redação.

KLEBER KARIPUNA/APIB convidou para compor a mesa a Ministra de Estado dos Povos Indígenas Sonia Guajajara, a Deputada Federal Célia Xakriabá e a Presidenta da FUNAI Joênia Wapichana.

SONIA GUAJAJARA/MPI cumprimentou conselheiros/as, mesa e equipe do CNPI e parceiros/as. Informou que terão presença da Ministra Marina Silva/MMA e Mauro/MRE para assinatura do Programa Líderes Indígenas rumo à COP30 e edital para Mulheres Indígenas. Pauta seguirá depois dessa participação. Passa palavra para Célia Xakriabá.

Célia Xakriabá iniciou sua fala com toante de fortalecimento Xakriabá, pontuou que esse dia internacional dos povos indígenas é um momento não de comemoração, mas sim de reflexão sobre as políticas indigenistas e reforça seu compromisso na bancada do cocar na luta pelos povos indígenas. Votaram na comissão de meio ambiente a PNGATI, de autoria da deputada Joênia e que vai passar para a Comissão da Amazônia, Povos Originários e Tradicionais e que ela vai pegar a relatoria. Enquanto pauta da PNGATI enviou recursos para o MPI pensando na importância dos PGTAs. Abriu edital no Ministério da Cultura para povos indígenas e comunidades tradicionais e se sente parlamentar de todos os biomas e onde tem luta ela vai. Saudou as lideranças indígenas assassinadas, e segue firme lutando contra o marco temporal.

JOÊNIA WAPICHANA/FUNAI Fala do balanço da FUNAI, que em 2023 teve o desafio de retomar a FUNAI. Em 2023 tentaram arrumar a casa, tanto incluindo indígenas nos cargos da administração pública, fazer a FUNAI retomar seus serviços e cumprir seu dever constitucional. É fortalecimento da FUNAI, mas também o retorno das demarcações de terras indígenas e cumprir a agenda de gestão territorial. Uma das metas de fortalecimento foi a autorização para abertura do concurso público, “Sabemos que as 502 vagas que serão preenchidas ainda não são suficientes e principalmente agora com tantos pedidos de aposentadoria na mesa, outra coisa importante é que 30% das vagas do concurso serão destinadas as cotas indígenas”. Outro ponto de extrema importância é que foi aprovado o plano de carreira indigenista (CPI).

Um segundo ponto da demarcação que é desafio, é a retomada e recomposição dos GTs que estavam em campo. Hoje tem 140 GTs em ação no campo e 38 foram criados somente nesta gestão. Estão trabalhando para que novos relatórios sejam concluídos e também para que a homologação das novas terras regulamentadas ocorra o mais rápido possível. Estão acessando o Fundo Amazônia como alternativa à falta de orçamento público para que possam avançar nos processos de demarcação e gestão ambiental e territorial. Por isso, estão trazendo esses projetos de novo para a FUNAI, essas parcerias, para que possam avançar em seus mandatos.

SONIA GUAJAJARA encerrou mesa para intervalo.

LANÇAMENTO DO EDITAL MULHERES TECENDO O BEM VIVER E PROGRAMA KUNTARI KATU: LÍDERES INDÍGENAS NA POLÍTICA GLOBAL

SONIA GUAJAJARA saudou Conselheiros, Ministro Mauro Vieira e Ministra Marina Silva, Presidenta da FUNAI e agradecimento a todos os participantes do CNPI e equipe do MPI. Trabalho para que CNPI seja espaço para construção da política indigenista em transição para política indígena com representações que ocupam o legislativo e cargos no Governo Federal. Agradeceu ao Presidente Lula pela confiança em ter indígenas em seu governo. Informou que tiveram reunião interministerial no dia anterior, levou a questão do acirramento dos conflitos devido à instalação da câmara de

conciliação no STF e insegurança gerada frente a um direito constitucional. Violência acirrada contra povo Guarani Kaiowá, estados que requerem atenção redobrada (MS, PR, BA e CE) em diálogo com governadores e órgãos de segurança pública. Compromisso do presidente Lula para destravar processos de regularização de Terras Indígenas e contenção da violência contra povos indígenas e a garantia de segurança para os povos indígenas.

LANÇAMENTO DO EDITAL – MULHERES INDÍGENAS TECENDO O BEM VIVER

Parceria entre MPI e Ministério das Mulheres.

Protagonismo das mulheres indígenas, fortalecimento econômico, contribuição das mulheres indígenas para o bem-estar social e para a conservação do conhecimento tradicional. Assinatura pela Secretaria Pagu do Ministério das Mulheres. As inscrições serão gratuitas e terão início a partir do dia 16 de agosto de 2024.

PROGRAMA KUNTARI KATU: LÍDERES INDÍGENAS NA POLÍTICA GLOBAL

Assinatura pela Ministra Sônia Guajajara. Convidados/as também o Ministro Mauro Vieira, Marina Silva e Joênia Wapichana para a assinatura do Programa Kuntari Katu – Líderes Indígenas na Política Global. Programa em parceria com o MRE, MMA, Universidades e Organizações Indígenas.

EMBAIXADOR MAURO VIEIRA/MRE – Honra do Ministério das Relações Exteriores sediar pela primeira vez uma reunião do CNPI. Menciona a guarda constitucional dos direitos dos povos indígenas, bem como a ratificação do Brasil à OIT 169 e da Declaração da ONU dos Povos Indígenas. Retomada do compromisso do governo brasileiro com os direitos dos povos indígenas e a política externa,. O Itamaraty apoia a participação de representantes de povos indígenas na CIDH, bem como apoia os trabalhos de relatoriais especiais da ONU para povos indígenas. Transversalização da pauta indígena na política e espaços internacionais. Congratula o lançamento do Programa pelo MPI e reforça o apoio do Instituto Rio Branco à iniciativa, em especial para a participação de povos indígenas na COP 30 em Belém. O Itamaraty apoia os direitos, a autodeterminação e a participação dos povos indígenas também em âmbito internacional.

MARINA SILVA/MMA Saúda com muita alegria seus colegas de mesa. Ver o Instituto Rio Branco se dispondo a fazer com que o projeto Kuntari Katu contribuindo para que traga todo o conhecimento dos povos indígenas para a diplomacia em especial os jovens indígenas que sempre estão à frente das discussões internacionais. Parabeniza pelos esforços feitos até aqui e em especial a desinrusão das terras indígenas e ressalta a importância de ter um MPI e uma FUNAI com liderança de indígenas e que os indígenas são os que mais protegem a biodiversidade das florestas. Pontua que do ponto de vista indígena a terra é para uso sustentável, social, econômico, cultural e espiritual e do ponto de vista externo, sabemos que é para o garimpo, desmatamento o que leva a mais prejuízos ambientais e climáticos e que o MMA está disposto a trabalhar com os povos indígenas para que no plano clima tenha um GT específico dos povos indígenas que será liderado pelo MPI. As plenárias estão acontecendo para fazer o plano clima e reforça o convite para os povos indígenas se fazerem presentes nas plenárias, deseja que os programas façam com que cada vez mais tenhamos políticas com respeito às comunidades indígenas. Agradece as parcerias feitas interministerial e principalmente os esforços para a COP 30. Quer chegar na COP 29 com uma boa contribuição brasileira. E na COP 30 com o mundo preparado para o compromisso de não ultrapassar 1,5º graus de temperatura, precisamos de NDCs que sejam comprometidas com as contribuições de cada país com a redução de CO₂. Pontua

as reduções de desmatamento, e que está trabalho para todos os biomas. Sabendo que os maiores emissores de CO2 são os combustíveis fósseis e a luta é contra eles.

ENTREGAS DO MPI

SONIA GUAJAJARA/MPI fará apresentação das ações do MPI após esse ato. Parabenizou pelo trabalho feito nesses dois dias no Conselho com a instalação das CTs e avanço dos encaminhamentos das pautas, com a inserção da demarcação na CT I, contando com apoio dos representantes do governo junto à bancada indígena para que o governo avance nesse dever de demarcar as Terras Indígenas do Brasil. Haverá ainda 1 reunião do CNPI neste ano, com papel fundamental diante do gravíssimo contexto que afeta os Povos indígenas no Brasil, sendo vítimas de ameaças e privados de acesso à alimentação, água e serviços de saúde. Essa ação criminosa que tem acontecido de forma sistemática é uma afronta não só aos Povos indígenas, mas sim ao Estado democrático de direito, aos direitos humanos e direitos indígenas.

A responsabilidade do CNPI, formado por conselheiros e conselheiras indígenas que representam um governo democrático plural, pautado pelo cumprimento a Constituição Federal. As Organizações indígenas e indigenistas têm feito esse enfrentamento diariamente, temos a responsabilidade de cobrar medidas contra ilícitos e punições aos responsáveis. Importância de ter um posicionamento sobre o Marco Temporal. É fundamental que trabalhemos para que o funcionamento do Conselho seja garantido por lei, pelo PL 3571/2008 em tramitação no Congresso Nacional. Enfatiza importância de ter CT específica para enfrentamento à violência de gênero a mulheres indígenas e LGBTQIA+. Desejou ânimo e força aos/as conselheiros/as para que o CNPI se consolide como espaço efetivo de participação social e colaboração para implementação de políticas que garantam direitos indígenas. Continua reafirmando “Nunca mais um Brasil sem Nós”.

Ações realizadas pelo MPI:

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Comitê Interministerial de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das ações de desintrusão de Terras Indígenas

Diálogos, articulações e mobilização da estrutura administrativa para efetivar as ações de desintrusão.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Direitos Territoriais Indígenas –

1. Desintrusão de Terras Indígenas

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS



Terras Indígenas desintrusadas:

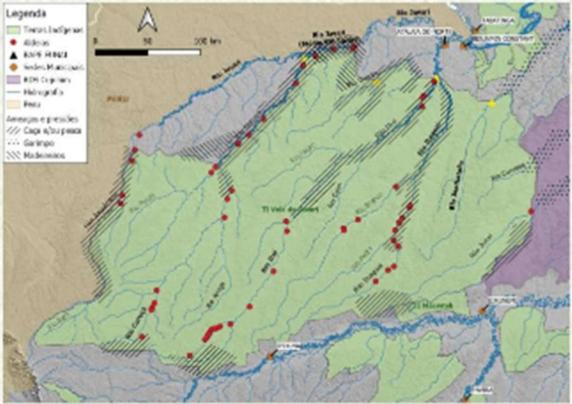
- **Alto Rio Guamá:** Iniciada e concluída em 2023;
- **Apyterewa** (mais desmatada em 2022) e **Trincheira Bacajá:** Janeiro de 2024: redução de 79.8% no desmatamento, em comparação ao ano anterior. Processo finalizado em 03/2024;
- **Karipuna:** Iniciada em junho de 2024 e concluída em 31 de julho de 2024;
- **Yanomami:** Operação ainda em curso. Inutilização de acampamentos, maquinários pesados, motores e balsas / atividade de fiscalização para coibir ações criminosas.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Além das ações de desintrusão com FUNAI, IBAMA, Exército tem os atendimentos permanentes pelo MDHC e SESAI – TI Yanomami

2. Plano de Proteção Territorial da TI do Vale do Javari



DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Plano de Proteção Territorial da TI Vale do Javari:

- Elaborado por MPI, MDHC, MMA, Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), Ministério da Defesa e órgãos como Ibama e Funai, além da Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e UNIVAJA.
- Diagnóstico das atividades ilícitas instaladas na TI e Plano de Ação para enfrentamento a esse contexto.

O Vale do Javari é a Terra Indígena com maior número de Povos Isolados no mundo

MINISTÉRIO DOS PÓVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRAZIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Vale ressaltar que o a Terra Indígena do Vale do Javari é o local com maior concentração de povos indígenas isolados do mundo.

3. Destinação de Terras Públicas – acordo de cooperação técnica com o RS (DPE, Funai, MPI...)



DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Destinação de terras públicas:

- Acordo de Cooperação Técnica com o estado do RS, visando a destinação de terras públicas estaduais – Povos Kaingang, Xokleng e Guarani.

MINISTÉRIO DOS PÓVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRAZIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

4. Atuação na Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS



Destinação de terras públicas

- 12 imóveis estaduais com ocupação indígena para a primeira etapa de trabalho (mais de 2 mil indígenas ocupando essas áreas).

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

5. Crédito Extraordinário TI Yanomami

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS



Crédito Extraordinário TI Yanomami:

- Contrato de horas/voo para entrega de cestas básicas na TI Yanomami. Parte dos recursos para o fortalecimento de ações que estão sendo realizadas na TIY.

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

6. Parceria com a ANAC, ABIN, ANP, ANTT, TEM

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Parcerias

- Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC: R\$ 210.000,00 até 12/2024 – identificar aeródromos clandestinos; / informações e conhecimentos de inteligência para o Plano de Desintrusão Yanomami (ADPF) nº 709/2020 determinar;



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Parcerias

- Agência Brasileira de Inteligência – ABIN: R\$ 2 milhões de reais, até 12/2024 – segurança operacional e conscientização ações de desintrusão / integração local entre órgãos de Inteligência / coordenação do fluxo de informações sobre ilícitos que impactam a TIY / identificação de ameaças à desintrusão;



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Parcerias

- Agência Nacional de Petróleo,

Gás e Biocombustíveis – ANP:

420 mil reais até 12/2024 – fiscalização de distribuição e transferência de combustíveis em rodovias de RR / presença de servidores nas ações de desintrusão da TIY;



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Parcerias

- Agência Nacional de

Transporte Terrestre – ANTT:

R\$ 400 mil reais até 09/2024 – regularidade das operações rodoviárias RR e nos locais definidos pelas decisões da ADPF, coibindo transporte clandestino de combustíveis;



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Parcerias

- **Ministério do Trabalho e Emprego:** R\$ 20 milhões de reais até 07/2025 - qualificação técnica para a formação de cooperativa indígena para resíduos sólidos produzidos nas comunidades Yanomami atendidas pela entrega das cestas de alimentos / formar agentes ambientais para separar e armazenar os resíduos / capacitar mulheres Yanomamis em contexto urbano para reciclagem de resíduos sólidos.



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Gestão Ambiental e Territorial

1. Reinstalação do CG-PNGATI

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

Reinstalação do Comitê Gestor da PNGATI

- Extinto em 2019 e reinstituído por meio do Decreto nº 11.512/23. Coordenação da execução da PNGATI. Paridade de representação entre o Poder Executivo Federal e os povos e organizações indígenas. Articulação de ações para implementação da Política.



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2. PL PNGATI

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs



Projeto de Lei da PNGATI

Em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 4347/2021). Aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, seguindo para a Comissão Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS). Garantir efetividade e permanência da Política, aprofundando entendimento das principais problemáticas, potencialidades e desafios relacionados à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas no Brasil.



3. Oficinas de governança regional da PNGATI

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

Oficinas de Governança Regional da PNGATI

- 1^a Oficina em Caucaia no Ceará: articulações institucionais para desenvolver a Política juntamente com os povos indígenas, e formar gestores preparados para implementá-la nos territórios.
- 2^a Oficina ocorrerá em São José de Ribamar/MA: promover a implementação da Política, por intermédio da estruturação das redes institucionais e indígenas para a retomada da Governança Regional da PNGATI.



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



4. Implementação de PGTAs – planejamento e execução

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

PGTAs em execução

- TI Kayapó – Kayapó
- TI Munduruku - Munduruku
- TI Kadiweu – Kadiweu
- TI La Lima - Terena
- TI Taunay Ipeque – Terena
- TI Cachoeirinha - Terena
- TI Dourados - Guarani Kaiwoá
- TI Coroa Vermelha - Pataxó
- TI Comexatiba – Pataxó
- TI Barra Velha - Pataxó
- TI Águas Belas – Pataxó
- TI Caramuru Paraguassu- Pataxó Hã Hã Hâe
- TI Entre Serras/Pankararu – Pankararu
- TI Tremembé da Barra do Mundaú – Tremembé

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

PGTAs em execução - Iniciada em 2024 a elaboração de 13 PGTAs, beneficiando as seguintes TIs

- TI Renascer – Guarani
- TI Dourados - Guarani
- TI Cachoeirinha – Terena
- TI Taunay Ipeque - Terena
- TI Xucuru Kariri – Xucuru Kariri
- TI Camururu Paraguassu - Pataxó Hã-Hâe
- TI Barra Velha – Pataxó
- TI Comexatiba - Pataxó
- TI Coroa Vermelha – Pataxó
- TI Pitaguary - Pitaguary
- TI Potiguara - Potiguara de Monte Mor e Jacaré de São Domingos
- TI Tekoha Guasu Guavira – Avá-Guarani / TI Pankararé/Brejo do Burgo - Pankararé

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



Está marcado para falar com o Governador da Paraíba e de Alagoas para tratar sobre o avanço na demarcação das TIs dos estados e no aguardo de um retorno do governador de Santa Catarina para fazer isso.

5. Editais

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

Edital



- Apoio à agricultura ancestral e produção de florestas que promovam a cultura alimentar dos povos indígenas - **Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra:** aporte de R\$ 2 milhões de reais divididos em 23 projetos indígenas.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

Edital

- **Karoá: Fortalecimento das mulheres indígenas do bioma caatinga na gestão socioambiental de seus territórios:** aporte de R\$ 600 mil reais divididos em 20 projetos indígenas.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

6. Consulta online a povos indígenas para o plano clima de adaptação
Promoção de Direitos Indígenas



GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIs

PLANO CLIMA

Estratégias gerais e planos setoriais para mitigação e adaptação

Lançamento de plataforma online de consulta específica sobre os povos indígenas para o "Plano Clima: Adaptação":

- Até 31 de agosto de 2024: plataforma online de consulta para subsidiar o "Plano Clima: Contribuição da sociedade civil em geral com um diagnóstico para compor o projeto MMA"
- Especificação para os povos indígenas do país
- Mapeamento de riscos e vulnerabilidades e definição de um plano de ação, considerando objetivos, metas, indicadores e articulação com o atual Plano Plurianual (PPA) e os próximos dois ciclos.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

1. Universidade



PROJETO UNIVERSIDADE INDÍGENA

Projeto Universidade Indígena

GT com o objetivo de propor a viabilidade técnica, política e de gestão para a implantação da Universidade

Seminários Regionais em todo o Brasil para consultar as lideranças, professores, especialistas e os estudantes indígenas, aprofundando nas questões importantes e fundamentais para a sua implementação.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2. Programa Língua Indígena Viva no Direito – AGU

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS



Programa Língua Indígena Viva no Direito

- Lançado, em abril de 2024 em parceria com a AGU e o MJSP - Facilitar a interpretação, a integração e o entendimento recíproco de direitos e deveres estabelecidos na legislação nacional e internacional, além dos valores culturais, tradições, usos e costumes aceitos como normas pelas diferentes comunidades indígenas.



No ano passado foi feita a tradução da Constituição Federal para o nheengatu, e foi dando seguimento com mais sete traduções em andamento.

3. Elaboração da Política Nacional para o acolhimento, permanência e êxito de estudantes indígenas nas universidades

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

Elaboração de Política Nacional para o acolhimento, permanência e êxito de estudantes indígenas no ensino superior

- Em processo de criação: recomendação de Acolhimento dos Estudantes Indígenas no Ensino Superior, por meio do Comitê de Ações Afirmativas.
- Objetivo: acolhimento desde a elaboração de editais até o acesso e permanência dos estudantes indígenas nas Universidades.



4. Elaboração de livros didáticos

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS



Foto: © Vanessa Behrane/ACNUR

- **Elaboração de livros didáticos:**
Ensino de Português como Língua de Acolhimento para crianças, jovens e adultos Warao, uma parceria com a OIM, UnB, MPI e MEC



5. Produção de material orientativo de leis sobre direitos indígenas

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

- **Produção do material orientativo**

"Espia ai, parente (a)": para apresentar de forma clara as leis que falam sobre os direitos e os deveres já conquistados na Constituição Federal, Educação Escolar Indígena, caminhos sobre como acessar os programas da Educação Escolar Indígena junto ao MEC e sobre como o MPF pode intervir em casos de descumprimento das leis que amparam a Educação Escolar Indígena.



6. II Encontro Nacional da Década das Línguas Indígenas
7. Projetos Ninhos de Língua
8. Centro de Altos Estudos de Línguas Indígenas

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

- **Apoio e participação na organização do II Encontro Nacional da Década das Línguas Indígenas**
- **Apoio aos Projetos Ninhos de Língua:** sistema de educação infantil que trata da transmissão intergeracional da língua.
- **Criação de Centro de Altos Estudos de Línguas Indígenas:** promoção dos saberes codificados e preservados nas línguas indígenas e no ponto de vista dos sistemas conceituais dos povos originários. Parceria com o Museu dos Povos Indígenas, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arqueologia da USP.



9. Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

- **Apoio ao Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas:**

Ocorrerá em Brasília/DF entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024. Marco de luta, resistência e a concretização da permanência de estudantes indígenas nas universidades brasileiras.



Pontuando que o houve adiamento na realização do ENEI por motivos de logística, as novas datas são 16 a 19 de setembro de 2024.

10. Repatriação do Manto Tupinambá

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS



- Repatriação do Manto Tupinambá:**
No Museu Nacional da Dinamarca há 300 anos, foi repatriado e se encontra no Museu Nacional, no RJ. Realização do evento da recepção oficial do Manto e ato do reencontro do Povo Tupinambá junto ao artefato sagrado de seu Povo.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

11. Editais: Ancestralidade Viva (cultura), Esporte nas Aldeias, Mulheres Indígenas: Tecendo o Bem Viver

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

Editais

- Ancestralidade viva: apoio e incentivo à cultura dos povos indígenas:** aporte de R\$ 1 milhão de reais em 50 projetos indígenas.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

Editais



- **Esporte na Aldeia:** aporte de R\$ 1,3 milhões de reais em 20 projetos indígenas.
- **Mulheres Indígenas: Tecendo o Bem Viver – Parceria com o Ministério das Mulheres:** Lançamento ainda este ano, em parceria com o Ministério das Mulheres.



12. Protocolos (parceria com UFF) para a elaboração de 4 territórios indígenas por bioma, com exceção da Amazônia

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS

Protocolos

- **Parceria com a Universidade Federal Fluminense:** Protocolos de Consulta para 20 territórios indígenas. Serão 4 territórios por bioma, com exceção da Amazônia. O piloto será feito ainda este ano, no RJ.
- **Investimento:** 9,6 milhões de reais na elaboração desses instrumentos visando a garantia do direito indígena à consulta acerca de empreendimentos e demais iniciativas que podem afetar seus territórios.



13. Projeto Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã (FOCEM/MERCOSUL) – MPO, MPI, FUNAI e SESAI – água potável para as comunidades.

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS



MERCOSUL
FOCEM
Fundo para a
Convergência Estrutural
do Mercosul

FOCEM

- **Projeto Indígena Cidadão, Fronteira Cidadã:** Aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do MPO, com execução MPI + FUNAI + SESAI.
- **Investimento:** 80 milhões do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) – fomento de projetos estruturantes na faixa de fronteira dos países da organização regional intergovernamental

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROMOÇÃO DE DIREITOS INDÍGENAS



FOCEM

- **04 frentes:** i) construção de sistemas de abastecimento de água (SESAI); ii) realização de ações itinerantes de documentação civil (FUNAI); iii) aquisição de abrigos emergenciais de madeira (FUNAI); e iv) reforma de unidades da FUNAI.
- **Alcance:** territórios incidentes em 150 quilômetros da faixa de fronteira do Brasil com países do Mercosul / 39% dos 305 povos / cerca de 150 mil indígenas

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

14. Projeto Diplomacia Indígena – Líderes Indígenas na Política Global – Kuntari Katu - aquele que fala.

AÇÕES EM ÂMBITO INTERNACIONAL

- **Projeto Diplomacia Indígena: Capacitando Lideranças para a COP 30:** parceria com o Ministério das Relações Exteriores, visando capacitar lideranças indígenas para que possam ter uma participação mais ativa e eficaz na COP 30



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Projeto que vai garantir a preparação de indígenas brasileiros para negociações internacionais.

15. Presidência do FILAC – primeira vez que o Brasil assume a presidência do fundo, que tem 32 anos. Entende que é um momento estratégico para o Brasil assumir espaços como esse no Governo Lula, e levar para o âmbito internacional a questão dos direitos dos povos indígenas aqui do Brasil.

AÇÕES EM ÂMBITO INTERNACIONAL



- **Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe:** Eleição da Ministra Sonia Guajajara para presidir o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (FILAC). órgão internacional de direito público que apoia os processos de autodesenvolvimento de povos, comunidades e organizações indígenas da região



Foto oficial com ministros/as e autoridades presentes.

Foto oficial com conselheiros/as do CNPI.

Agradecimento e encerramento.

LANÇAMENTO DA REVISTA PARTICIPA PARENTE

JECINALDO SATERÉ/MPI Anuncia o lançamento da Revista Caravana Participa Parente, que oportunizou as escolhas das representações indígenas no CNPI. Todos os presentes receberam exemplares da revista.

PL DO CNPI

CEIÇA PITAGUARY/MPI Faz retificação que a resolução do PL CNPI, desconsiderar aprovação da resolução do PL do CNPI, pois houve um equívoco e que a discussão sobre a resolução deve ser feita em plenária. Convidou Assessoria Parlamentar do MPI para fazer apresentação do PL do CNPI e da PNGATI.

ANA PATTÉ/ASPAR apresentou brevemente PL 3.571/2008.

VITOR NUNES/ASPAR informou que PL está parado desde 2016 na Comissão de Fiscalização e Controle. Dispõe sobre criação do CNPI como órgão deliberativo de composição paritária. No documento enviado aos Conselheiros/as propõe redação atualizada.



PL 3.571/2008 – CNPI

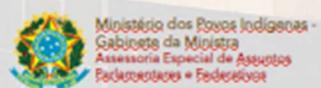
Autor: Poder Executivo

Apresentação: 12/06/2008



Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, e dá outras providências.

Estabelece que o CNPI será um órgão deliberativo, de composição paritária, com representantes do Executivo, dos Povos e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas.



Síntese da tramitação

Síntese da tramitação do PL

1. Jun/2008 - Apresentação do PL 3.571/2008, pelo Poder Executivo;
2. Nov/2008 - **Aprovado** na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM);
3. Abr/2009 - **Aprovado** na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP);
4. Nov/2014 - **Rejeitado** na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA);

Em função da divergência de parecer entre as comissões de mérito, a proposição está sujeita à apreciação do Plenário da Câmara em Regime de Prioridade.



Sujeito à apreciação do plenário. Relatoria e 3 pareceres apresentados, mas nunca foi para votação. Importância de aprovar a Lei para além do Decreto, inclusive com possibilidade de ação orçamentária. Cenário no Congresso é complexo, mas há possibilidade de avançar na Comissão.

Síntese da tramitação do PL

1. **Desde Maio/2016** - Na **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)**, com pareceres pela **aprovacão** em **Dez/2010, Jun/2012, Ago/2015 e Mai/2016** não votados pela comissão. Portanto, está novamente **aguardando designação de Relatoria...**
2. **Pendente de apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e**
3. **Sujeita à Apreciação do Plenário... quando concluir a tramitação nas comissões**

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério dos Povos Indígenas -
Gabinete da Ministra
Assessoria Especial de Assuntos
Pacíficos, Indígenas e Federais

Principais alterações: conselho deliberativo; aumento representatividade; metodologia das reuniões (autonomia orçamentária, secretaria executiva); Conferência; CTs; regimento interno. Texto atual não contempla esses temas, mas estão propondo incluir a partir da apreciação do colegiado.

**Síntese das principais alterações propostas pelo
MPI para os itens do PL 3.571/2008 com base no
Decreto 11.509 de 28 de abril de 2023**

1. **Conselho DELIBERATIVO - autonomia e participação mais ativa;**
2. **Composição - aumento da REPRESENTATIVIDADE e poder de voto;**
3. **Presença das ESFERAS INSTITUCIONAIS - governo e governança alinhados;**
4. **Funcionalidade e METODOLOGIA das reuniões e encontros;**
5. **Conferência Nacional de Política Indigenista - importância e marco histórico;**
6. **CÂMARAS TÉCNICAS - política pública inovadora realizada pelos e para os indígenas;**
7. **REGIMENTO INTERNO - oportunidade de estabelecimento de diretrizes e assegurar a participação efetiva do movimento indígena nacional nos espaços de poder.**

ANA PATTÉ – as alterações propostas podem ser objeto de debate nesta Reunião do CNPI ou na próxima, com base na tabela de análise que está disponibilizada a cada um dos Conselheiros.

KLEBER KARIPUNA/APIB – Relembra que em 2008 foi feita uma propositura pelo CNPI anterior, por isso ele segue em tramitação. A proposta é atualizar este PL. Por isso a sugestão da Secretaria Ceia de que a Resolução do CNPI não seja objeto da próxima reunião e que seja a CT II a responsável a se debruçar sobre a temática e trazer sua análise para a próxima reunião do CNPI.

O Conselho criado por Decreto fica mais à mercê do cenário político, por isso é importante que o CNPI seja criado por lei, como quanto passou a minuta como um Conselho Deliberativo e consultivo, e a Casa Civil não deixou passar, pois não poderia ser deliberativo.

PAULINO – Dúvida se parece que é um trabalho de emenda ao projeto ou partir para um trabalho diretamente com o governo para apresentar um novo PL.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Informou que há 2 opções: apresentar substitutivo para presidente da comissão ou o governo apresentar novo projeto, com risco de ser apensado ao que já existe. Substitutivo pode ser mais rápido. Poderia requerer urgência na plenária, mas difícil no atual cenário. Avaliação é que o mais provável seria apresentar um novo projeto do Governo ao Senado ou articular relatoria para apresentar substitutivo na Câmara. Explicou que as emendas tramitam apenas nas comissões depois que o relator apresenta relatório, mas a aprovação depende de uma articulação política forte.

KLEBER KARIPUNA Ressalta que tem algumas possibilidades para se avaliar o melhor caminho em relação à tramitação do PL. Hoje quem está na comissão do CCJ não é aliado dos povos indígenas. Essa estratégia pode ser mais bem analisada pela ASPAR/MPI e também pelo próprio movimento indígena. Então ficam como encaminhamentos analisar a propositura do texto e qual é a melhor estratégia para tramitação do PL, a exemplo de como foi feito com o PL da PNGATI. O tempo disso vai depender da articulação política, principalmente nos bastidores, se articulando com a sociedade civil.

JUAREZ FERREIRA/SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA Informou que está integrando o CT II e nesse sentido pergunta se já entraram em contato com o SRI e qual foi o feedback. Ressaltou que as duas propostas da Joênia precisaram de intermediação e colocou sua secretaria a disposição para apoiar essa questão.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Indicou que agentes ambientais era um PL, mas foi inserido no PL da PNGATI como estratégia. O exemplo mostra aprovação de forma simbólica. Líderes dos partidos elegem suas prioridades, quando cada partido indica 1 há aprovação simbólica. Como estratégia conversar com parlamentares líderes dos partidos, junto com o governo.

SOCORRO PENA/SRI – tinha anotado o ponto de que toda quinta feira a SEPAR faz reunião com todas as assessorias parlamentares e de que passará esse ponto à equipe para a próxima reunião.

KLEBER KARIPUNA/APIB Colocou como encaminhamento a designação da minuta para a CT II para trazer considerações ao próximo pleno para então aprovar resolução sobre essa matéria.

Pauta aprovada pela Plenária.

INFORMES

PL PNGATI

ANA PATTE/ASPAR Foi aprovada na comissão de meio ambiente e está na comissão de povos. Detectaram mais de 700 PLs tratando de povos indígenas. Vários foram apresentados como prioritários para a SRI.

GABRIEL ZANATTA/ASPAR Apresentou situação de tramitação do PL 4.347/2021 (apensado PL 2.936/2022). Deputado Amon consolidou ambos os projetos da PNGATI e regulamentação de agentes ambientais em um único texto. Histórico GT MMA, FUNAI e APIB (2008), consultas (2009-2010), Decreto (2012), apresentação PL (2021). Tramitação na Câmara: jun/24 aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento, relatoria da Célia Xakriabá na CPOVOS, pendente de apreciação pelas Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e Cidadania. Posicionamento do MPI é refletir decisões do CG PNGATI que irá apreciar matéria na próxima semana. Alterações propostas: Art. 4º - inclusão de novo eixo temático para inclusão da pauta climática; Art. 11 – ampliação do alcance; Art. 12 – reforço da governança (CG PNGATI).

CEIÇA PITAGUARY - Informa que a proposta do eixo 8 da PNGATI sobre as mudanças climáticas foi discutida e dialogada no CG PNGATI e que uma proposta da FUNAI também relacionada a este tema será apresentada na próxima reunião do CG -PNGATI.

PAULINO Informa que caem na mesma situação anterior do Conselho. A ASPAR tem que ser mais clara sobre as alterações que estão sendo propostas. O problema é a matéria a ser discutida que está lá e como se articulam para trabalhar sobre isso.

GABRIEL ZANATTA/ASPAR Em relação à pergunta do Paulino, contam com apoio e parceria da Deputada Célia Xakriabá, que está como relatora deste PL na CPOVOS, é que ela pode apresentar emendas como relatora em seus pareceres e isso ser apreciado pela CPOVOS e posteriormente pela CCJ. Existem outros caminhos, como a apresentação de substitutivo, mas a relatoria tem essa possibilidade de propor alterações. Na avaliação do CG PNGATI e da SEGAT, junto com a ASPAR, levaram a relatoria desses espaços para o diálogo com a Deputada Célia. Assim, as propostas do CG PNGATI e do CNPI podem compor as alterações dentro do relatório da Deputada Célia Xakriabá como relatora do projeto. Que isso deve ser o caminho mais viável, pois como a Joênia informou, um novo PL seria apensado ao antigo PL.

KLEBER KARIPUNA/APIB Informa que diferentemente do PL do CNPI que está parado há muito tempo, o PL da PNGATI está caminhando, tendo sido aprovado na Comissão de Meio Ambiente. Deputada Célia está na relatoria e solicitou à APIB considerações para compor relatório, está acolhendo sugestões da ASPAR MPI e movimento indígena. Deve passar na CPOVOS, mas a dificuldade maior será aprovação na CCJ e depois plenária e Senado.

ANA PATTE/ASPAR Informa que o quanto antes receberem propostas será melhor para compor o relatório.

KLEBER KARIPUNA/APIB sugere a CT I pegar o CL para revisar o PL, em parceria com a CT do CG PNGATI que está acompanhando o tema, para que tenha alinhamento com MPI e com a Deputada Célia Xakriabá quanto ao texto que será apresentado do PL.

ANA PATTÉ Informa que no artigo 2º, como ação sugerida para “supressão”, foi erro de digitação, é de “alteração”.

UNIVERSIDADE INDÍGENA

SOBRE UNIVERSIDADE INDÍGENA/MI/SE/ATL/DEF/INC

- Criação de uma Instituição do Ensino Superior (Universidade Indígena) é demanda antiga do movimento indígena;
- Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - CONEEI (realizada em novembro de 2009) e no Seminário “Educação Superior de Indígenas no Brasil” (realizado em novembro de 2013);
- SECADI/MEC institui uma Portaria nº 52, de 24 de janeiro de 2014, que cria o grupo de trabalho para realizar este trabalho, com a criação do GT foram produzidos diversos documentos e encontros na tentativa de operacionalizar esta demanda, mas não foi concretizado;
- Portaria n. Ministério dos Povos Indígenas em 2023, uma das atribuições do MPI é garantir aos indígenas acesso à educação e à saúde, demarcar terras indígenas e, combater o genocídio destes povos;
- PORTARIA MEC Nº 350, DE 15 DE ABRIL DE 2024 - que Institui Grupo de Trabalho para subsidiar a criação e a implementação da Universidade Indígena no âmbito do Ministério da Educação, que foi Publicado no 17/04/2024; Objetivo do GT realizar debates e estudos técnicos que subsidiem a criação e implementação da Universidade Indígena; fazer análises quantitativas e qualitativas referentes ao impacto orçamentário da instituição; e elaborar um relatório final, com caráter conclusivo, sobre a viabilidade técnica e orçamentária e sobre análise de risco para o estabelecimento da universidade.

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



ROSILENE TUXÁ/MEC informa que é um dos temas da pauta da educação indígena. Coloca que é preciso deixar mais tempo na próxima reunião, pois estão reformulando políticas e desenvolvendo iniciativas. A pauta da Universidade indígena já está aprovada na Casa Civil. O Presidente Lula quis anunciar a criação no ATL de 2014, mas o movimento entendeu que demandava uma maior escuta aos povos indígenas. Foi estabelecido, então um coletivo que desenvolveu um documento norteador com base em outros posicionamento que surgiram de outras esferas, tendo em vista que não se trata de um tema novo.

SOBRE OS SEMINÁRIOS REGIONAIS

Objetivo: Realizar debates e consulta com as lideranças política, lideranças tradicionais, discentes e professores indígenas, Mulheres, anciões sobre concepção de universidade indígena que irão subsidiar a criação e implementação da Universidade Indígena.

Total de Seminários Previstos: 18



Em 2024 foi criado o GT, que está realizando seminários regionais de escuta aos povos indígenas para a criação, realizando um debate amplo sobre a concepção dessa universidade e que irão subsidiar o MPI para a criação desta Universidade: proposito, como desenvolverá suas atividades, qual o custo e qual o público.

Como a Casa Civil e o Ministro Camilo tinham pedido uma minuta em curto prazo de tempo, pediram mais tempo para realizar uma escuta maior. Inicialmente foi pensado em quatro seminários, depois 16 e atualmente chegaram a 20 seminários. No dia de ontem executaram o 10º seminário. A ideia é que até setembro tenham finalizado essas escutas, que vem contando com um apoio de relatoria composta por professores e alunos indígenas e a sistematização está sendo feita pelo GT, composto por indígenas, indigenistas e órgãos de governo.

Já tem uma metodologia dos seminários, já tem o consenso de que deve ser uma universidade multicampi e que trabalhe em rede, olhando para as experiências comunitárias, dos institutos federais e das universidades. Estão olhando também para as experiências internacionais, de outros países. É uma universidade para nascer a partir do olhar do território, que olhe tanto para o bem viver no território, mas também para a sociedade brasileira e para uma efetivação da Lei 11.645/2008 que abarque também a perspectiva dos povos indígenas.

Realizaram alguns seminários de escuta em Salvador (englobando Sergipe e Bahia), Mato Grosso do Sul, Pernambuco (englobando Pernambuco, Alagoas e Paraíba), Fortaleza (Piauí e Ceará), Manaus, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Belo Horizonte (MG e SP), São Paulo. Demais estão planejados ao longo dos próximos meses para abranger os povos do Brasil inteiro. Finaliza no dia 23/09 o último seminário e no dia 08/09 entregam o relatório final para o MPI e a Casa Civil.

• 1. Salvador no dia 05/07/2024 (Estados: Bahia e Sergipe).

- Total de pessoas: 110 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos Indígenas: *panoxó, panoxó-há-há-há, Tumbajá, Pankararé, Kiriri, Tupinambá, Tuxá, Xibajá, kaviri, Kaimbá, Xóó, Poxavá, Truká, Jejuipabó.*
- Instituições: Uneb/Apoio/Unba Funai-CR-Ba/MPI/Mec-Secad/Mec-SESU/UFBA/ANAI/SEC/CEEI
NTE CEIFDA/FEIPIB/Muqueba/Ceará/CEE-Sergipe/MPI/

2. Campo Grande no dia 11/07/2024, Estado: Mato Grosso do Sul

- Local: Escola Estadual Maria Constança Barros Machado- Amambai/Campo Grande.
- Total de Pessoas: 200 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos indígenas: *Guarani-Kaiowá, Terena e Kadiweu.*
- Instituições:

3. Recife -15/07/2024 (Estado: Pernambuco, Sergipe).

- Local: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE-
- Total de pessoas: 140 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: *Wajá, cocai, Kariri-xocó, Pankararé, Kambevá, Pipiré, Kapinawá, Poxavá, Truká, Xibajá, Fulni-ô, Atikum, Potiguara, Tabajara, Jejuipabó, Karapoto, Poxá.*
- Instituições: Ufsc/Cimi/Semasc-Al/Copipe/UFPE/Unifaf-PE/Anai Funai-CR/CNEEI/Apoio/MEC-Secad/MPI/Ufpe/Unitasp/Opip/Gead-See-Pb/Ufcg-Pb/



• 4. Seminário foi na cidade de Fortaleza 16/07/2024 (estados: Piauí, Ceará e Alagoas).

- Local: Universidade Federal do Ceará – UFC /Auditório
- Total de pessoas: 75 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: *Tabajara, Guajajara, Jejuipabó-Kaninde, Tabajara, Anacé, Tremembé, Potiguara, Kariri, Kariri-Kariri, Gamele -Kapinawá, Pitaguará, Iacaraju.*
- Instituições: Apim/IFPI/Seduc/Adelco/Apoio/Funai-CR-CE/MPI/MEC- Secad/

• 5. Manaus 22/07/2024 (Estado: Amazonas).

- Local: Escola Normal Superior - UEA /Auditório.
- Total de pessoas: 190 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: 1. Miranha; 2. Sateré Mawé; 3. Tukano; 4. Tikuna; 5. Kokama 6. Munduruku 7. Desano 8. Baré; 9. Mura; 10. Kulina; 11. Apuriná; 12. Kambeba; 13. Piratapuia ;14. Witoto; 15. Tariano ; 16. Borari17. Baniwa; 18. Marubo ; 19. Macuxi; 20. Karapaná. Parintintin.
- Instituições: Opim/ Copima/Ifam/Opium/Ufam/Cesi-am/Mpi/Cgt/Acw/Forreeja/Sedugeei/Funai/Opim/Metam/Semed/Focump/Uea/Cetam/Atik/Apiam/Opic/Ibame/Fepiam/Mpf/Amam/Colind/Secoya/Aikmc/

• 6. Tabatinga 25/07/2024 (Estado: Amazonas).

- Local: Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da UEA/Auditório.
- Total de pessoas: 416 (lideranças/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes).
- Povos: Kaixana, Witoto, Kokama, Kambeba, Tikuna, Kanamari, Matses, Matis, Marubo.
- Instituições: AMAS/UNIVALIA/ASDEC/AKAVAJA/OGM/CTUOKAS/COAIB/FUNAI/ACIU/OGPIB/FOCCIT/CGT/IDSE/RS/GGT/ACISPO/AWATU/AIOK/FOKAM/DESI-RS-SESAI/DJHS/REJIC/ARJS/SEMEDATN-TB-BC)/ACOTISJOV/ACITBPAAM/AIAM/SECAD/MPI/



7. São Gabriel 29/07/2024 (Estado: Amazonas)

- Local: Centro de Educação Pedro Fukuyama Yamaguchi Ferreira - CETI.
- Total de pessoas: 848 (líderes/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: Baré, Baniva, Tukano, Desano, Piratapuia, Yanomami, Kuboé, Kuripako, Wáshano, Hupda, Hupiche, Werekena, Tariano, Tuyuka, Nasebo, Dew, Mirri, Tapuya, Arapao, Karipuna, Sati, Suruá, Nakuna
- Instituições: Seduc local/ Escolas estaduais: São Gabriel, Ir. Penha, Sagrada Família, Tianguinho IFAM SGC/FOIRN/Funai local e FUNAI/ODDS, COIDI/CEA/UFAM/SEMED, Nádege/ICMBIO/CIPAC/APIARN/COPIARN, Caimbrá, Iaçá, Caibá, Acimurá, Oíbi, Amirí, Mireia, Etá, DESEI, Kurukuma, FEETI/CEEEI/FAET

8. Belo Horizonte 01/08/2024 (Estado: Minas Gerais e Espírito Santo)

- Local: Universidade Federal de Minas Gerais -UFMG – Campus Pampulha Auditório.
- Total de pessoas: 150 (líderes/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: Xacriabá, Pataxó, Maxacáli, Kaxixó, Tupiniquim, Guarani.
- Instituições:

9. São Paulo 02/08/2024 (Estados: São Paulo e Rio de Janeiro)

- Local: Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/Auditório.
- Total de pessoas participantes: 110 (líderes/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes)
- Povos: Xavante, Pataxó, Guarani Nhandeva, Guarani Mbyá, Terena, Kaingang, Goytaká, Manauá arawak, Guajajara.
- Instituições: UNIFESP



10. Cuiabá 08/08/2024 (Estado: Mato Grosso)

- Local: Universidade Federal do Mato Grosso Auditório Prof. João Balduíno – FAET.
- Total de pessoas: 92 (líderes/professores/mulheres/jovens pessoas, estudantes).
- Povos: Kurá Bakairi, Terena, kaingang, Kajabi, Yudja, Xavante, Kauyapó, Xipáia, Halipi-Pareá, Sabaná, Kalapalo, Nambiquara, Tapirapé, Negarote, Ikpeng, Chiquitano, Bakairi, Kokama, Zoró, Guató, Bororo, Salatioporé, Mehukako, Rikibtsa, A'uwe 'uptabi, Boé-bororo, Xavá, Aukuru, Aweti, Karaja (30)
- Instituições: Funai, BSB, Fepoint, Unifor, SEmac, MEC, Unemat, Oprim, Conselho-CEEI, Funai local, Setasc, MCTI, UnB, Ufsc, Sedc, Cimi, UFG, MMTIX, IAS/

CR

• Resultado Parcial

• Seminários realizados: 10

• Participantes: 1.817 pessoas

• Povos Indígenas: 142



Essa Universidade deve nascer de uma universidade mãe, a exemplo do que aconteceu com outras, de modo a viabilizar a sua criação de forma mais rápida e que consigam colocá-la em funcionamento no ano de 2025. A Universidade sede se dará em Brasília, pela proximidade com outras regiões e de proximidade com os órgãos de governo.

Nos Seminários os povos indígenas estão também olhando para as experiências de ensino indígena em outras localidades, bem como as ações e política de permanência de indígenas nas universidades. O trabalho do GT continuará para pensar os cursos e as interculturalidades e a ações de transição da Universidade em relação à Universidade mãe.

ELIEL BENITES/MPI Cumprimentou a todos/as, se apresentou e informou que o MPI está acompanhando o MEC nesse processo da consulta, chamando as lideranças e professores para essa consulta. Pauta trabalhada e reivindicada há muito tempo pelo movimento indígena, queria apenas adicionar alguns pontos em relação ao marco conceitual da Universidade Indígena, com relação à formação da juventude para a gestão territorial, a questão das línguas indígenas e a política linguística, governança e gestão para transitar entre mundo indígena e não indígena dominando a estrutura do Estado, a proposta de orientar toda a estrutura física e política da universidade. Grande expectativa para trazer legitimidade à proposta coletiva da Universidade Indígena, agradece o envolvimento de todas nessa discussão.

ROSILENE TUXÁ/MEC Acreditam que a Universidade irá também tirar os professores indígenas da precariedade em relação a sua ocupação nesses espaços. A maior parte dos professores indígenas tem contrato temporário. Precisam qualificar os profissionais da educação indígena. Agradece à Presidenta Joênia e à Secretária Zara, que deram muito apoio e repassaram recurso para viabilizar a realização desses Seminários.

KLEBER KARIPUNA/APIB Coloca que fica como ponto da próxima pauta como o MEC vem tocando a pauta de educação indígena e como foi o avanço dos trabalhos do GT, isso de encontro à demanda da Rosilene de mais tempo na pauta para o tema de educação.

JOZILEIA KAIKGANG/ANMIGA - A pauta da universidade indígena é muito importante por toda essa questão de falta de professores, pensar os cursos a partir desses seminários é importante e como pensar em uma universidade indígena sem enfraquecer as licenciaturas interculturais. Precisa-se refletir sobre esses grandes projetos e fazer reivindicação aos conselheiros do CNPI que são formados nas interculturais para proteger as licenciaturas interculturais.

ELIANE/FEPOIMT Ponderou que a consulta teve dificuldades com relação à logística, mas é necessário incluir as organizações regionais indígenas, o que não aconteceu. Na categoria mulheres e lideranças houve pouca participação no Mato Grosso. Precisam incluir todas as organizações indígenas do estado no diálogo. Entendem que o Conselho Estadual de Educação é fundamental, mas a escuta deve ser plural envolvendo outros atores. Parabenizou pelo evento e discussão das propostas mesmo com as dificuldades enfrentadas.

ELÁDIO TICUNA Agradece à professora Rosilene/MEC. Está com um livro do seu povo, que levaram 35 anos para fazer o livro e faz indagação a qual instituição deve apelar para poder publicar esse livro, que conta a história das comunidades do Solimões, que foi elaborado com base no diálogo com os anciãos.

ROSILENE TUXÁ/MEC – Vai conversar com Eládio paralelamente para apoiar a publicação do livro ticuna. Não é com a universidade indígena que as licenciaturas interculturais irão morrer, por isso a universidade indígena será em rede, com parceria entre as universidades que já tem as licenciaturas indígenas e apoiar a institucionalização desses cursos. Tiveram pouco tempo para organização dos seminários e em cada região tinham pontos focais e o planejamento ocorreu sem organização prévia por conta da agilidade e rapidez nas entregas. Os seminários maiores contaram com mobilização das organizações indígenas, variando muito com a organização de cada povo.

ELIEL BENITES/MPI Complementou que a ideia é pensar o funcionamento em rede, processo ainda está em construção, para que experiências existentes sejam potencializadas e conectadas nessa rede.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES INDÍGENAS

Pagu Rodrigues e Joziléia Kaingang fazem a apresentação da iniciativa.

PAGU RODRIGUES/MM Estão fazendo uma construção na Conferência em específico sobre essas questões das conferências regionais. Estão aprofundando a questão da violência, de organização das mulheres nos territórios e de políticas públicas para as mulheres. Ano passado o MPI e o MM anunciaram algumas dessas políticas e fizeram um Acordo de Cooperação Técnica para fazer essa consulta nos territórios. A princípio ficou uma por bioma, mas no diálogo com o movimento estão percebendo a necessidade de fazer isso em caráter de Conferência.

Enquanto Ministério das Mulheres estão promovendo a Casa da Mulher Indígena, o PL de Política de Enfrentamento a Violência de Gênero junto com a Deputada Célia para que tramite com urgência esse PL. Gostariam de mostrar todas as ações que o MM está fazendo junto com o MPI para as mulheres indígenas. Irão construir junto com MPI e ANMIGA para que essas conferências aconteçam a partir de novembro/2024.

LUMA KAMAIURÁ/MPI Se apresentou e colocou a discussão da construção de política pública voltada para mulheres indígenas, chamado projeto Guardiãs, para fortalecer mulheres guardiãs por biomas e por estados para formar uma rede de apoio de enfrentamento a todo tipo de violência, desde invasão dos territórios a violências físicas. Realizarão conferências e diálogo com outros ministérios e esperam que as conferências possam consolidar o Projeto Guardiãs e construir programa nacional.

JOZILEA KAIKGANG/ANMIGA Realizou a marcha das mulheres e ver esse trabalho interministerial é muito bom principalmente em relação à necessidade e importância de realizar a conferência das mulheres indígenas. Pensar junto com as mulheres indígenas e quais são as políticas que atendem as mulheres indígenas. Homenageia Tuíre Kayapó que está passando por problemas de saúde. As reuniões do grupo “a Mãe do Brasil é Indígena” aconteceram com muito diálogo e muita força nas parcerias com os ministérios. Durante o ATL foi feita reunião com as mulheres indígenas, e as etapas já foram definidas - será uma por bioma, onde cada uma foi nomeada com o nome de uma árvore nativa do bioma. As reuniões têm sido semanais para debater e refletir sobre a conferência, agradece ao MPI e ao MM pela parceria e oportunidade de construir coletivamente.

KLEBER KARIPUNA/APIB abre para considerações.

EDINALDO TABAJARA/APOINME Coloca que a FUNAI fez a primeira proposta de Seminário de Lei Maria da Penha para homens e isso está paralisado. Coloca como proposta que isso seja retomado, pois os homens também precisam ser envolvidos na questão de gênero. Muitos homens não conhecem a lei. Precisa criar uma política e uma estratégia diferente, pois se tem tanta violência sexual contra

mulheres e as lideranças não fazem nada, é porque essas lideranças estão sendo coniventes. É preciso que as mulheres indígenas tenham os homens indígenas como parceiros para somar a essa luta.

NATHANIEL/MRE (inaudível para a relatoria)

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Parabenizou pela iniciativa e reforçou que há noção errada sobre violência contra mulheres indígenas. Estupro não é cultural, é violência. Entendimentos errôneos que precisam ser revistos, como quando há afirmação de origem indígena que apaga a violência contra mulheres que foram violentadas historicamente. Também há casos de violações que são abafadas. De fato, é necessário colocar os homens para entendimento dessas questões, essas violações também são internas, não são só externas, quando não se cumprem penalidades da justiça indígena também não pode ficar impune, vai para justiça dos brancos. É uma questão que ainda precisa de muito amadurecimento e mente aberta. Casos de lideranças que respondem processos e continuam lideranças ainda.

LUÍS FERNANDO KADIWEU Fica feliz em ter mulheres fortes na representação dos órgãos governamentais de política indigenista. Coloca que as mulheres de seu povo querem fundar uma organização interna de mulheres indígenas e pede fortalecimento para as mulheres de seu povo nessas instâncias.

PAGU RODRIGUES/MM Reafirmou compromisso e concordância com inclusão dos homens nesse debate. Não se pode reforçar processo de criminalização de indígenas, mas necessário enfrentar violência contra mulheres indígenas. Ideia de seminários sobre a Lei Maria da Penha para os homens é importante, mas também permitir organização das mulheres indígenas como momento de acolhimento como no caso das Marchas de Mulheres Indígenas e agora das conferências. Esperam institucionalização da política no Estado para que tenha continuidade.

LUMA KAMAYURÁ/MPI Já ouviram de outras mulheres lideranças sobre a necessidade de retomar os seminários sobre a lei maria da penha com os homens e que estão planejando retomar a iniciativa e convidar a FUNAI na empreitada. Estão também na busca de parceria com MJ, CNJ e outros órgãos para um atendimento qualificado e especializado ao atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência de gênero. Esperam sim que tenha envolvimento de outros órgãos para a construção deste plano.

JOZILEA KAIKGANG/ANMIGA Tudo que está sendo debatido foi levantado na CT e teve muito apoio para que pudesse se pensar nesses espaços, a ANMIGA tem feito vários debates entre eles e destaca as violências dentro e fora dos territórios e ressalta as desigualdades de gênero dentro das instituições.

JOENIA WAPICHANA/FUNAI Compartilhou que Funai, através do Museu do Índio, está abrindo edital para contemplar 18 projetos culturais com prazo de inscrições até 06 de setembro.

TAYSE POTIGUARA/APOINME colocou que na eleição da CT I não houve debate sobre ter alguém do governo na coordenação dessa Câmara, e acha muito importante que tenha.

KLEBER KARIPUNA/APIB Informou que já foi encaminhado com 2 co-coordenações indígenas e de governo, ficou MPI e FUNAI na CT I.

TAYSE POTIGUARA/APOINME sobre o apoio ao esporte colocou que ganharam edital do programa Segundo Tempo mas não há previsão de pagamento pelo Ministério dos Esportes, solicita acompanhamento pelo MPI. E questiona se há previsão de encontro das mulheres selecionadas pelo edital Karoá.

KLEBER KARIPUNA/APIB Demanda para CT I em diálogo com CT 5 do CG PNGATI para instituição da Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas para trazer considerações na reunião de dezembro.

KLEBER KARIPUNA/APIB pede resolução sobre vaga no Conselho Nacional de Educação.

ELIS NASCIMENTO/MPI faz a leitura do texto de **Proposta ao Ministério da Educação**.

CLÉBER BUZATTO/CIME – Logo acima “por um governo frontalmente contrário ao diálogo”. Retirar as siglas do MEC e colocar por extenso.

Resolução aprovada pelo Plenário.

Data da próxima reunião: de 02 a 06 de dezembro.

JOZILEA KAIKGANG/ANMIGA de 09 a 13 de dezembro vai haver encontro das Araucárias, mulheres indígenas.

AGNALDO PATAKÓ – solicita que na próxima pauta o Ministério da Justiça tem que trazer as questões da demarcação quanto da segurança nos territórios. Casa Civil também. Sugere que seja encaminhado um ofício a estes Ministérios para que façam essa apresentação.

Faz sugestão também que quando as lideranças que vêm ao CNPI façam um diálogo com os parentes que não possam estar aqui, para que possam justificar no território a não presença.

EDNALDO TABAJARA/APOINME – outra proposta de pauta informe sobre os diálogos com os governadores para homologação das Terras Indígenas.

ALOÍSIO/CIT – Informa que não teve nenhum retorno quanto ao MJ e da CC em relação aos temas colocados aqui. Relembra que as Resoluções do CNPI devem ser publicado no DOU. Semana que vem será o Dia Nacional do Povos do Cerrado, que muitas lideranças indígenas do Cerrado estarão mobilizadas em Brasília.

CLÉBER BUZATTO/CIME como será a publicação das resoluções pelo MPI, pois é importante e estratégico a divulgação para a sociedade civil.

AGNALDO PATAKÓ informou que saiu nota contrária ao MPI publicada pelo Ailton Krenak e CNPI deveria se posicionar.

CEIÇA PITAGUARY/MPI encaminhou de mandar ações do MPI para ele.

LUCIA ALBERTA/FUNAI solicitou à Secretaria Executiva do CNPI para que tenha antecedência na convocação da reunião com 30 dias de antecedência conforme o regimento. E deixar claro que Funai e servidores tem papel importante em todas as agendas que envolvem a política indigenista, não pode ser vista apenas como apoio logístico e orçamento. Fortalecimento da FUNAI tem que vir a partir desse entendimento.

KLEBER KARIPUNA/APIB indicou que não há tempo para redigir e colocar para aprovação posicionamento do CNPI de contraponto apresentando o que o Ministério e demais órgãos tem feito, mas podem aprovar moção e escrever redação posteriormente.

Proposta aprovada pelo pleno.

SÔNIA GUAJAJARA agradece a presença de todo mundo que esteve nos dois dias. Sabe que é uma pauta extensa e longa e que é muito importante a contribuição que cada um traz para esse âmbito e que dentro do Conselho se tente estabelecer os consensos. Quanto às demandas das CTs, é preciso que cada um assuma de fato o seu compromisso enquanto Conselheiro e faça o trabalho para além das reuniões, seja da bancada indígena ou da bancada de governo. O que for encaminhado como consenso do Pleno, é necessário que todo mundo que faz parte do Conselho, se por algum motivo tiver que se ausentar, é preciso que se inteire depois do que foi debatido. Bem como se alguém não concordar com algum tema, que seja coloca para debate no Plenário, pois este é um espaço democrático.

Para além do que é proposto no Plenário, se alguém tiver outras demandas de apresentar pautas na Reuniões que encaminhe à Secretaria Executiva do CNPI para que possa ser colocado na Programação, tendo em vista que é uma semana de trabalho, somado as reuniões das bancadas, das CTs e do CNPI mesmo. O esvaziamento no final sempre ocorre, mas é o momento em que os encaminhamentos são acordados.

Se para alguma dessas pautas precisa de alguém a mais, os Ministérios podem trazer convidados para a participação para que cada uma das pautas tenham as respostas necessárias.

Encerrada a 2ª Reunião do CNPI.

ENCAMINHAMENTOS E ACORDOS

Ata:

- Criar grupo de whatsapp com todos os conselheiros para que as informações sejam compartilhadas de forma mais dinâmica com todo o Conselho;
- Resumo executivo das atas = ata mais enxuta e objetiva com as deliberações e aprovações do CNPI, com lista de presença e documentos analisados como anexos
- Divulgar a ata da 2ª Reunião do CNPI para as/os conselheiras/os 30 dias antes da 3ª Reunião com prazo de 10 dias para retorno com observações;

- Fazer Resumo Executivo das atas de reunião para leitura nas reuniões seguintes apenas com encaminhamentos de cada ponto de pauta, ficando relatoria e listas de presença como anexo.

Câmaras Temáticas:

- Atualizar regimento interno para contemplar 2 co-coordenações em cada CT (2 indígenas e 2 governo);
- Solicitar indicação dos nomes para as co-coordenações das CTs;
- Atualizar composição das CTs conforme indicações feitas na plenária;
- Atualizar temas das CTs conforme sugestões aprovadas em plenária;
- Aprofundar debate sobre reestruturação da FUNAI na CT II;
- Aprofundar debate sobre a AGSUS na CT III;
- Aprofundar debate sobre Política Nacional de Desintrusão na CT I em diálogo com CT 5 do CG PNGATI

2^a Conferência Nacional de Política Indigenista:

- Compor GT na CT II para organização da 2^a Conferência Nacional de Política Indigenista com 10 membros: 4 do governo (Jecinaldo/MPI; Lúcia Alberta/FUNAI; Teresinha/SESAI; /Secretaria Geral da Presidência), 4 das organizações indígenas e 2 das entidades indigenistas.

Resoluções [Publicar no DOU segundo art 17 do Regimento e no site do MPI]:

- Resolução sobre conflitos territoriais/violações aos direitos fundamentais dos povos indígenas
- Resolução sobre realização da II Conferência Nacional de Política Indigenista
- Resolução sobre a PEC 48 do marco temporal
- Recomendação sobre Plano Clima
- Resolução sobre vaga para representação indígena no Conselho Nacional de Educação

PL do CNPI

- Análise da proposta pela CT II para apresentar na próxima reunião do CNPI (Aspar MPI: corrigir proposta segundo o decreto atualizado)

SUGESTÃO DE PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Apresentação do quadro da situação fundiária das TIs (FUNAI e MJSP) e da segurança nos territórios (MJSP e CC)
- Reestruturação da FUNAI: apresentação da proposta e deliberação
- AGSUS SESAII
- PL do CNPI: análise e deliberação
- Política Nacional de Desintrusão de TIs
- Encaminhar questão da segurança e demarcação dos territórios pelo MJ e Casa Civil
- Andamento do diálogo com governadores sobre homologação das TIs
- Pautas educação – Universidade Indígena (MEC e MPI)